



ATA DA REUNIÃO Nº 052 (nº01/2016) DO
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO
PARANÁ - CAU/PR, REALIZADA EM 25 DE JANEIRO
DE 2016, NA SALA VILANOVA ARTIGAS DA SEDE DO
CAU/PR, NA CIDADE DE CURITIBA-PR.

1
2
3
4
5
6
7
8 Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta
9 minutos, na Sala Vilanova Artigas da Sede do CAU/PR, sito a Avenida Nossa Senhora da Luz,
10 nº 2.530, Alto da XV, na cidade de Curitiba-PR, realiza-se a Sessão Ordinária nº 052/2015
11 (01/2016), do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS
12 NAVOLAR - Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu, Andressa Fabiana de Oliveira
13 Assistente de Plenária do Conselho Ad hoc. A Sessão contou com a participação dos
14 seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas: **ANDRÉ LUIZ SELL, ANÍBAL**
15 **VERRI JUNIOR, BRUNO SOARES MARTINS, CARLOS HARDT, CRISTIANE BICALHO DE**
16 **LACERDA, GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS, IDEVALL DOS SANTOS FILHO, IRÃ JOSÉ**
17 **TABORDA DUDEQUE, LEANDRO TEIXEIRA COSTA, LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA,**
18 **MARGARETH ZIOLLA MENEZES, NESTOR DALMINA, ORLANDO BUSARELLO, RAFAEL**
19 **GIMENEZ GONÇALVES E RONALDO DUSCHENES.**-----
20 Participaram, ainda, da presente Sessão, os Conselheiros Suplentes, Arquitetos (as) e
21 Urbanistas, **ALESSANDRO FILLA ROSANELI, ANTÔNIO CARLOS ZANI, ENEIDA KUCHPIL,**
22 **FREDERICO RUPPRECHT SILVA BOMPEIXE CARSTENS, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, LUIZ**
23 **BECHER, MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, E RAFAEL SINDELAR BARCZAK.**-----
24 Ficam justificadas, de acordo com o 20º Artigo da Seção I, do Capítulo III, do Regimento
25 Interno do CAU/PR, a ausência do Conselheiro Arquiteto (a) e Urbanista: **CARLOS DOMINGOS**
26 **NIGRO.**-----
27 Presentes, também os Assistentes contratados, a saber: o Assessor de Comunicação, Antônio
28 Carlos Domingues da Silva; o Analista Geral, Paulo Roberto Sigwalt; o Coordenador Jurídico,
29 Augusto Vianna Ramos; a Assessora Jurídica, Claudia Cristina Taborda Dudeque; o Gerente
30 Geral, Nilto Roberto Cerioli; a Coordenadora Financeiro, Rafaele Waszak; o Estagiário
31 Administrativo, Leonardo Carnieri e a Estagiaria do Jurídico, Cintia Roberta Silva (distribuição
32 de microfones); Estagiário de Fiscalização, Talisom Gustavo Rohde Fritzen (projeção dos
33 arquivos) e eu, Assistente de Plenária *Ad hoc*, Andressa Fabiana de Oliveira.-----
34 **III HINO NACIONAL:** Após o Hino Nacional, o Presidente do CAU/PR JEFERSON DANTAS
35 NAVOLAR, às nove horas e trinta minutos pede a aprovação da pauta proposta que após ser
36 colocada em votação é aprovada por unanimidade. Dando continuidade, agradece a
37 presença de todos e explica que em virtude do Regimento Interno estará ocorrendo
38 excepcionalmente, na presente data, no início do dia a reunião Plenária, pois após um ano de
39 trabalho das cinco Comissões Permanentes, é necessário que as mesmas tenham suas
40 composições e as respectivas Coordenações renovadas. Visto que o quórum é mais que
41 suficiente dá-se início aos trabalhos; é solicitado aos colaboradores que coloquem em tela a
42 atual composição das Comissões Permanentes (ANEXO I). O Presidente lembra que existem
43 mais duas Comissões que são temporárias, pois foram formadas para atender a demandas
44 específicas e de caráter não permanente, são elas: A Comissão para aquisição da sede do



45 Conselho. Que terá ainda muita demanda apesar de já concretizada a compra do imóvel, e
46 informa: “ Conforme deliberação anterior, já protocolamos junto ao Gabinete do Prefeito o
47 pedido da desafetação do trecho da Rua em frente a nova sede o que liberaria o trecho para
48 uso exclusivo do CAU/PR. Está sendo promovido também a segunda demanda que é em
49 relação ao Posto de Gasolina, que é contíguo à Rua Valdívia também junto ao Executivo e ao
50 Legislativo que se passe aquela propriedade de bem particular para “bem de interesse
51 público”. Para este ano estão previstas eleições municipais, o que poderá facilitar sobre
52 maneira as negociações necessárias para atingirmos nossas metas quanto aos terrenos
53 vizinhos a atual propriedade do CAU/PR”. Acredita-se que a qualquer momento a Comissão
54 da Sede possa a vir ser acionada, assim o Presidente convoca os integrantes: MILTON CARLOS
55 ZANELATTO GONÇALVES, ORLANDO BUSARELLO, GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS E
56 RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES, sendo um momento de renovação o Presidente solicita aos
57 atuais Conselheiros se tem interesse em permanecer e para aqueles que não fazem parte se
58 tem interesse em fazer parte. Faz um pedido de manifestação dos presentes, como não
59 houve manifestações a Comissão da Sede permaneceu com a mesma configuração anterior.
60 O Presidente neste momento refere-se à segunda Comissão Temporária que terá como
61 objetivo a instituição do CEAU (Comissão de Entidades de Arquitetura e Urbanismo), que é
62 uma previsão da Lei 12.378, lembra que já tínhamos uma Comissão indicada dos quais faziam
63 parte os seguintes Conselheiros: IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE (representante do IAB),
64 ORLANDO BUSARELLO (representante do ABAP), ambas entidades puras; ANDRÉ LUIZ SELL
65 (representante da CEAL) e LEANDRO TEIXEIRA COSTA (representante da AEFI), ambas
66 entidades mistas. Para esta comissão foi convidado o Conselheiro MILTON CARLOS
67 ZANELATTO GONÇALVES, eleito Presidente do SINDARQ/PR para a gestão de 2016 a 2018. O
68 Presidência do CAU/PR parabenizou o Conselheiro, formalizando o apoio. O Conselheiro
69 Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, comunica que no final do ano de 2015,
70 foi eleito Presidente do Sindicato dos Arquitetos e que nas eleições ocorreu uma renovação
71 muito grande no quadro pessoal, e espera que com esse fato consiga melhorar o
72 relacionamento com os profissionais. Se referindo ao passado problemático do Sindicato logo
73 em seguida na adaptação que teve que passar após a separação do CREA. Explica que a
74 eleição de 4 (quatro) pessoas recém-formadas, dá um ânimo maior e que acredita que
75 poderá com auxílio deles interiorizar mais o Sindicato com ações mais próximas do público
76 alvo. Comentou que está previsto uma negociação junto à COHAB, e anuncia que estará
77 sendo encaminhado via Correios para o endereço dos profissionais o boleto da contribuição
78 sindical, valor importante para manter o movimento sindical ativo. A nova diretoria do
79 SINDARQ está empenhada em buscar solução para a contribuição sindical, informa que o
80 CAU/BR tem algumas posições e que pretendem agendar uma reunião para analisar junto
81 com o CAU/PR. A meta colocada pela diretoria é valorização profissional, que a sociedade
82 reconheça efetivamente a profissão do Arquiteto e Urbanista e a busca por direitos enquanto
83 profissional empregado, liberal ou em cargos públicos. O Conselheiro ainda comenta que em
84 muitos concursos as atribuições exclusivas de Arquitetos são preenchidas por engenheiros,
85 as vezes os salários oferecidos são irrisórios e as vagas acabam sendo perdidas por total
86 desinteresse da categoria; e acredita que sendo ele parte integrante do CAU/PR e Presidente
87 do SINDARQ/PR, as demandas chegarão mais facilmente ao conhecimento e a solução deverá
88 ser mais rápida. O Conselheiro agradece o apoio das seguintes entidades: CAU, IAB, AsBEA,



89 Sinduscon, SENG e IEP; e na oportunidade coloca o SINDARQ a disposição. O Presidente
90 JEFERSON DANTAS NAVOLAR, agradece o relato do Conselheiro e informa a plenária que a
91 Mesa encaminha para formação da Comissão Temporária para instituição do CEAU/Comissão
92 de Entidades de Arquitetura e Urbanismo; informando que já havia uma Comissão que
93 estava eleita, cujos integrantes eram: Conselheiro Titular ANDRÉ SELL, Conselheiro Titular
94 LEANDRO TEIXEIRO COSTA representando as entidades mistas, Conselheiro Titular IRÃ
95 DUDEQUE representando o IAB, Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO representando a
96 ABAP, essas últimas entidades puras, e que gostaria de incluir o Conselheiro Suplente
97 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, representando o Sindarq. Apresentado a
98 composição, a mesa encaminhou, pedindo manifestações para possíveis adesões. O
99 Conselheiro Titular CARLOS HARDT, toma a palavra e coloca-se a disposição da Comissão
100 mesmo que eventualmente, para contribuir, considerando a sua eleição para a direção
101 nacional da ABEA, sendo também uma entidade pura. O Presidente JEFERSON DANTAS
102 NAVOLAR, acata e inclui o Conselheiro CARLOS HARDT. Não houve outras manifestações,
103 ficando assim instituída a Comissão Temporária de Instalação do CEAU e a definição dos
104 integrantes. Para contribuir com esta Comissão foram coletados os Regimentos dos CEAs
105 que já estão em funcionamento em outros UFs. Em especial o do Estado de Santa Catarina
106 que aprovou a participação das entidades puras com cadeira permanente no CEAU, as mistas
107 poderão contar com uma ou duas vagas temporárias. Estas informações serão passadas aos
108 Conselheiros. Voltando às Comissões Permanentes, foi apresentado na tela a atual
109 composição das Comissões Permanentes foi informado que as Comissões consideram
110 também a participação dos Conselheiros Suplentes. Só não podem estar na reunião Titular e
111 Suplente da mesma Comissão, mas existe a possibilidade de ser aproveitado numa outra
112 Comissão onde tenha o nome contemplado. Por ser um número reduzido de Conselheiros a
113 participação é muito importante. Após reuniões as Comissões encaminham à Plenária a
114 proposta de manutenção das atuais composições das Comissões Permanentes o que foi
115 votado e aprovado por unanimidade pela Plenária. Foi concedido um prazo de 15 (quinze)
116 minutos para deliberação sobre os Coordenadores das Comissões Permanentes. Retomando
117 após o prazo os Conselheiros apresentaram à Plenária a recondução dos atuais
118 Coordenadores (ANEXO II). Para a Comissão de Planejamento e Finanças (CPF), reconduzido
119 ao cargo o Conselheiro Titular IDEVALL DOS SANTOS FILHO. Para a Comissão de Organização
120 Administração (COA), reconduzido ao cargo o Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS.
121 Para a Comissão de Ética e Disciplina (CED) reconduzido para o cargo o Conselheiro
122 RONALDO DUSCHENES, o qual já havia assumido no lugar do Conselheiro Titular LEANDRO
123 TEIXEIRA COSTA. Para a Comissão de Exercício Profissional (CEP), foi reconduzido o
124 Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, que já tinha substituído o
125 Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO, em meados do ano passado. Para a Comissão de
126 Ensino e Formação (CEF), foi reconduzido ao cargo o Conselheiro Titular CARLOS HARDT.
127 Desta forma verificou-se que não houve alterações nos membros das comissões e que todos
128 continuam dispostos ao trabalho. Por volta das 10 (dez) horas e 30 (trinta) minutos, deu-se
129 por encerrada a primeira parte, com as Comissões Permanente definidas.....
130 **IV ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Às 14h00 foi retomada a pauta da Plenária e colocada em
131 votação, foi aprovada a Ata correspondente a Sessão Ordinária nº 051 (12/2015) de
132 14/12/2015, com abstenção – por ausência - dos conselheiros Luiz Eduardo Bini Gomes da



133 Silva, Luiz Becher e Idevall dos Santos Filho.....

134 **V PAUTA:** Colocada em votação, sem manifestações dos conselheiros, foi aprovada por

135 unanimidade a Pauta da Reunião Ordinária nº 052, primeira Reunião Ordinária de 2016 do

136 CAU-PR, sem Extra pauta.

137 **VI APRESENTAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS:**

138 **1 Correspondências recebidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências recebidas,

139 02 (dois) oriunda do CAU/BR destinado à Presidência do CAU/PR.....

140 **2 Correspondências expedidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências expedidas,

141 06 (seis) ofícios são oriundos da Presidência a remetentes diversos; 06 (seis) foram remetidos

142 pelo setor de Fiscalização; 54 (cinquenta e quatro) foram encaminhados pela Assessoria

143 Jurídica; não há (zero) expedição de ofício pelo Setor de Atendimento, Setor Financeiro e

144 Assessoria de Comunicação.....

145 **VII DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS:**

146 Os processos foram distribuídos para relatoria na Reunião das Comissões, realizada no

147 período da manhã, entre dez horas e trinta minutos e as doze horas.....

148 **VIII ORDEM DO DIA:**

149 **1 Palavra do Presidente: Histórico de instalação do CAU; Fundo de Apoio; Denúncias ao**

150 **Ministério Público; Manifesto das Entidades para Eleições 2016; e Contratação de quatro**

151 **fiscais para Escritórios Regionais**.....

152 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR inicia a segunda etapa da reunião plenária

153 informando que devido a reunião ocorrida pela manhã, acredita que as Comissões farão os

154 seus relatos, porém pede aos Conselheiros espaço para alguns informes. Prosseguindo, o

155 Presidente lembra que alguns conselheiros de primeiro mandato, não participaram

156 diretamente do processo de instalação do CAU/PR, onde estavam representados por suas

157 entidades, aqui no Paraná, todas as entidades representativas dos arquitetos participaram

158 desde o início da instalação do Conselho do Paraná; e comenta que mesmo antes da

159 instalação do CAU/PR, houve uma participação forte as entidades, sendo que alguns ex-

160 Conselheiros da CEARQ - Câmara Especializada de Arquitetura do CREA ainda estão presentes

161 ajudando a construir o Conselho; e que por força de lei a transição do CREA para o CAU se

162 deu por meio do sistema CONFEA/CREA, mantendo parcialmente as atribuições dos então

163 Conselheiros da chamada CEARQ, como agentes de transição. Em paralelo foram realizadas

164 reuniões semanais no estado do Paraná, criando o que foi denominado na época de Colégio

165 Brasileiro de Arquitetura. As entidades decidiram que todas as suas manifestações seriam em

166 conjunto, instituindo então o CBA (Congresso Brasileiro de Arquitetura), com recomendação

167 que se replicasse nos Estados onde havia representatividade. Em 1997 ocorreu em Curitiba o

168 Congresso Brasileiro de Arquitetura e Urbanismo, onde as entidades se manifestaram

169 homenageando Oscar Niemayer e instituiu o CBA. As reuniões do CBA/PR aconteciam na

170 sede do IAB/PR (Instituto de Arquitetos do Brasil); onde as decisões tanto nacional, como

171 estadual, influenciaram na ligação entre o sistema CONFEA/CREA e CAU. A partir da

172 instalação do CAU a prestação de serviços e a comunicação do CREA com os arquitetos se

173 rompeu. Por outro lado, a comunicação do CAU com os arquitetos ainda não existia devido a

174 falta de estrutura física. Foi a iniciativa das entidades e o espaço estrutural cedido pelo IAB

175 que contribuiu para o início da comunicação entre o CAU e os Arquitetos e Urbanistas. O

176 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, solicita ao Vice-Presidente do CAU/PR que também



177 é Presidente do IAB/PR, que resgate o histórico deste processo da parte que esta no IAB,
178 para que se registre o volume “zero” da criação do CAU/PR. O Presidente do CAU/PR informa
179 que apesar de ex Conselheiros terem tentado inviabilizar na justiça federal as eleições do
180 CAU/PR, não houve sucesso em nenhuma das iniciativas, e que os processos estão todos
181 arquivados por falta de provas, por falta de motivação, e por desentendimento do judiciário
182 quanto ao prosseguimento dessas ações; por outro lado, começam a chegar a nós denúncias
183 protocoladas junto ao Ministério Público em relação ao CAU/PR. Já são cinco denúncias, que
184 alegam as mesmas motivações que permearam as notificações derrotadas na justiça federal.
185 A denúncia que é colocada com mais insistência refere-se aos apoios que o CAU/PR deu às
186 entidades de Arquitetos e Urbanistas, em especial ao IAB/PR, durante o processo de
187 instalação, entre os anos de 2011 a 2012. O Presidente lembra que, quem acompanhou o
188 processo de instalação do Conselho, sabe que o espaço físico e a estrutura que o CAU/PR no
189 início da sua instalação foi cedida pelo IAB/PR, e que assim que o CAU/PR obteve o CNPJ, e –
190 e registra que o CAU/PR foi o primeiro CAU/UF a ter CNPJ - oficiou o CAU/BR, que já estava
191 de posse de muitos recursos financeiros oriundos do CONFEA/CREA sobre a possibilidade do
192 CAU/PR em receber a sua parcela dos recursos já disponíveis para a sua instalação. O
193 Presidente recorda que contou com a ajuda do arquiteto urbanista Osvaldo Hoffmann, que
194 também é dono de um cartório, que na época atendeu nosso pedido de colaborar para a
195 obtenção do CNPJ do CAU/PR, o que realmente ocorreu em dezembro de 2011. Relata que,
196 naquela época de transição, alguns CAU/UFs instalaram-se provisoriamente nas sedes do
197 próprio CREA, outros se instalaram em escritórios dos presidentes eleitos. Porém no Paraná,
198 o CBA acertadamente pediu para evitar este tipo de atitude; pois existiam entidades
199 organizadas no Estado que poderiam contribuir neste momento. Ressalta que a denúncia
200 feita ao MP/PR, é que o CAU/PR teria beneficiado algumas entidades, em especial o IAB no
201 momento de sua instalação. Á época, firmou-se Termo de Cooperação assinado entre o
202 CAU/PR e o IAB-PR, permanecendo lá instalado cerca de um ano, até alugar o imóvel
203 localizado no endereço Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 2530, Alto da XV, Curitiba. Para a
204 instalação do CAU/PR na nova sede, precisou ser realizado reforma emergencial, que
205 também é outro motivo de denúncia junto ao MP, onde os denunciantes alegam
206 irregularidade na execução da obra. As demais denúncias referem-se à alegação de viagens
207 de interesses pessoais realizadas com recursos do CAU, e repasse de telefones móveis a
208 Conselheiros e às pessoas fora do âmbito do Conselho. O CAU/PR esta protocolando todas as
209 respostas em tempo junto ao MP. À medida das respostas do MP/PR o Plenário será
210 informado. Dando sequência, o Presidente lembra que a Lei 12.378/2010 prevê sabiamente
211 “cabe ao CAU/BR constituir um Fundo de Apoio”, para subsidiar os CAUs cujas arrecadações
212 não são suficientes para se manterem financeiramente. O CONFEA também tem o sistema de
213 Fundo de Apoio, com a diferença que este arrecada 15% (quinze por cento) dos CREAs
214 Estaduais para este fim. O CAU/BR por sua vez arrecada 20% (vinte por cento) dos CAUs
215 Estaduais. A nossa interpretação, já naquele momento foi de que os 5% (cinco por cento)
216 excedentes poderiam constituir o Fundo de Apoio, no entanto isso não ocorreu. Motivado
217 pela Comissão de Planejamento e Finanças do CAU/BR, todos os Presidentes do Conselho,
218 foram convocados a participar de uma reunião plenária do CAU/BR, onde se apresentou uma
219 proposta de Resolução de Construção do Fundo, dizendo “quem tem que contribuir
220 financeiramente para a construção do Fundo são os CAU/UFs”, ficando 20% (vinte por cento)



221 então para a gestão do CAU/BR. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, explica aos
222 Conselheiros que na época o mesmo se manifestou contrariamente sobre esta proposta de
223 Resolução, fazendo duas argumentações; primeiro dizendo que, apesar da autonomia dos
224 Conselheiros Federais, existia o histórico que 5% (cinco por cento) desta arrecadação que foi
225 destinada ao CAU/BR para a criação do Fundo. O Presidente ressalva que, esta decisão foi
226 tomada pelos Conselheiros Federais eleitos para tal; o segundo argumento exposto pelo
227 Presidente do CAU/PR, que como presidente de Conselho Estadual, não tinha autonomia
228 para autorizar as despesas propostas, e que no mínimo o CAU/BR deveria officiar os
229 CAUs/UFs, distribuindo a minuta da Resolução para a construção do Fundo aos presidentes,
230 para que nas suas plenárias, obtivessem a aprovação para efetivar as despesas. Segundo o
231 Presidente, vários Estados se manifestaram neste sentido, porém, foram desconsiderados
232 pela votação dos Conselheiros Federais. O Presidente comenta que estão presentes nesta
233 Plenária, alguns Conselheiros que no primeiro mandato acompanharam a instância que o
234 CAU/PR teve da necessidade de aprovação por esta plenária para que pudessem nossa
235 posição sobre a necessidade deste Plenário aprovar despesas, mesmo daquelas oriundas de
236 uma decisão do CAU/BR. O Presidente menciona que, a partir daquele acontecido, ficou claro
237 que haviam pelo menos dois tipos de Resolução do CAU/BR: uma que legislava sobre suas
238 atribuições diretas, e outra que interferia na administração ou finanças dos CAUs/UFs, e
239 nesta as Plenárias dos UFs deveriam se manifestar. Mesmo após a aprovação da Resolução o
240 CAU/PR oficiou o CAU/BR em várias oportunidades sobre a posição da nossa Plenária. Algum
241 tempo depois fomos informados que havia uma “proposta de intervenção do CAU/BR sobre
242 o CAU/PR e o CAU/RS, pois alegavam que os mesmos estavam discutindo a aprovação e o
243 encaminhamento de uma Resolução aprovada, e que não cabia aos CAU/UFs serem revisores
244 de CAU/BR”. Na ocasião já existiam várias correspondências ao CAU/BR relatando este
245 encaminhamento, e solicitando o adiamento da implantação e pedindo prazo para que os
246 CAU/UFs analisassem suas finanças, pois os CAUs onde a arrecadação é menor teriam
247 dificuldades de cumprir com este compromisso; no entanto, não houve mudança sobre o que
248 já havia sido aprovado mesmo depois de tantas manifestações; o Presidente comenta que a
249 proposta de intervenção foi apresentada à Plenária do CAU/BR, por parte da mesa e não foi
250 aprovada. Porém, como alternativa o CAU/BR acionou na justiça o CAU/PR para que se
251 cumprisse a Resolução de instituição do Fundo. O CAU/PR passou a réu nesta. Para não
252 causar indisposição entre os setores jurídicos do CAU/PR e do CAU/BR; foi decidida em
253 Plenária a contratação de um escritório terceirizado para fazer a defesa de causa, já que se
254 tratava de uma ação pontual. Findando o relato sobre este assunto, o Presidente JEFERSON
255 DANTAS NAVOLAR informa que a justiça já se manifestou contraria ao CAU/BR, em decisão
256 foi definitiva, e declarou a Resolução é irregular, inconstitucional perante a Lei Federal e o
257 CAU/PR foi vitorioso, sendo autorizado a recuperar o dinheiro do Fundo já depositado em
258 juízo. Antes de passar a palavras aos Conselheiros relata sobre o “Manifesto das Entidades
259 para as eleições de 2016” que foi enviado aos e-mails dos Conselheiros, e prossegue dizendo
260 que este documento esta sendo construído a várias mãos, tendo como título “Arquitetura e
261 Urbanismo como Política”. O que se propõem, é que este texto se aprovado, com as
262 sugestões dos Conselheiros, incorpore o caderno do CAU, para que nesta terceira versão
263 impressa, tenha além da Lei 12.378/2010, o Código de Ética, o “passo a passo” de uso da
264 Tabela de Honorários, e também este texto como motivador das eleições de 2016. O



265 Presidente enfatiza que: “esse texto é a manifestação do conjunto das Entidades”. Até agora
266 são signatários: o IAB, a ABAP, a AsBEA e o Sindarq. Encerrando o relato, o Presidente passa a
267 palavra à Plenária. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE parabeniza a vitória, e
268 lembra que junto com ela vem uma grande responsabilidade. Referente as denúncias ao MP,
269 o Conselheiro faz alguns acréscimos dizendo que apesar de não fazer parte da primeira
270 gestão deste CAU/PR, ele esteve muito próximo, e lembra das dificuldades que o CAU
271 enfrentou no começo de sua instalação: “é lógico que a gente fica na obrigação, papel duplo
272 aqui sendo vice-presidente de CAU e presidente do IAB ao mesmo tempo, tenho evitado
273 fazer qualquer interferência, mas nesse caso aqui eu gostaria de lembrar aos colegas e até
274 aos que não participaram daquilo, eu não participei como Conselheiro devido ao fato de
275 estarmos envolvidos com o IAB. No início, em 2011, a sede do CAU era uma mesa pequena,
276 quer dizer, a administração do CAU/PR acontecia naquela mesa em uma das salas cedidas
277 pelo IAB-PR. Sem CNPJ, sem sede, aquilo tudo acontecendo dentro do IAB e naquela mesa,
278 que passa a ser uma mesa histórica. Lembrei também que a data vai ser primeiro semestre
279 de 2012, faço questão de testemunhar isso, o Jeferson me liga pedindo encarecidamente se
280 eu conseguia arrumar estagiários, porque tinha uma papelada, eles estavam atrás de papéis,
281 então chegava a uma situação que aparentemente a pessoa que estava sentada aqui não via
282 quem estava na frente com toda aquela papelada que veio do CREA. Tinha que guardar
283 aqueles documentos em pastas, dar nome, qual categoria entra, porque aparentemente
284 mandavam aos pacotes; então o Presidente Jeferson me ligou pedindo estagiários, "me
285 arruma qualquer coisa, me arruma um estagiário que faça um serviço de arquitetura, só que
286 vai ser um serviço burocrático, aí vai ter uma remuneração de acordo com o trabalho de
287 estagiário", eu falava aquilo em sala tanto na PUC quanto na UFPR, "quem quer fazer
288 estágio?, Eu explicava que seria um trabalho burocrático, e ninguém quis ser estagiário para
289 cuidar daquela papelada. Então isso é importante que se registre, porque era uma situação
290 extremamente precária naquele momento, acertando CNPJ, em cima de uma mesa sem
291 estagiário”. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT comenta que achou muito oportuno
292 rememorar a respeito do histórico de instalação do CAU; se lembrando das várias reuniões
293 que acontecerem no âmbito da universidade em que se traziam informações de como estava
294 o processo; e reforça que pela primeira vez houve uma união entre todas as entidades de
295 arquitetura e urbanismo em nível nacional, deixando de lado as suas eventuais discordâncias
296 por um objetivo em comum. O Presidente comenta a importância de registrar que a eleições
297 nacionais do CAU quase não ocorreu no Paraná devido a risco jurídico em função desta
298 manifestação de “colegas aqui de Curitiba”. Retomando a palavra, o Conselheiro Titular
299 CARLOS HARDT, confirma o ocorrido, e ressalta que todos os demais se posicionaram
300 respeitando o que tinha sido discutido em semanas. Referente às denúncias, comenta que a
301 preocupação do CAU/PR naquele momento em que estavam discutindo sobre a decisão
302 imposta pelo CAU/BR referente ao Fundo de Apoio, era como os CAUs cujas arrecadações
303 são menores, poderiam assumir este compromisso, sem mesmo discutirem o assunto com
304 seus financeiros, e que CAU/PR era a favor de que houvesse um suporte para estes CAUs,
305 para que houvesse estrutura em todos os Estados; e a pergunta que faz é: “primeiro, esse
306 processo é, como os advogados dizem, transitado e julgado, ou seja, cabe recurso? Depois,
307 esse dinheiro poderá ser utilizado para que finalidade? Nós podemos usar para investimento
308 ou não podemos usar para investimento? Efetivamente é um dinheiro importante e que



309 precisamos, na sequência, programar sua utilização”. Outro assunto que o Conselheiro
310 comenta é a respeito do manifesto, dizendo que não teria nenhuma dúvida em subscrevê-lo
311 fazendo pequenas sugestões que ao seu ponto de vista parecem importantes, como por
312 exemplo: “no item relativo à habitação, não apenas de nós nos manifestarmos favoráveis a
313 programas habitacionais, mas inserir programas habitacionais com programas
314 arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos de qualidade para evitar que se façam projetos
315 habitacionais com qualidade inferior ao que se praticava na década de 60, 70 nesse país.
316 Enfim, pequenos detalhes, que gostaria de manifestar de que, sob o ponto de vista da
317 ABEA/Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, como representante da
318 ABEA, eu não teria nenhuma dúvida de subscrever esse documento também”. O Presidente
319 JEFERSON DANTAS NAVOLAR, responde: “Primeiro que é transitado e julgado, não há mais
320 possibilidade de recurso. Os recursos foram vários e a grande maioria deles apenas
321 postergaram a discussão do mérito. Segundo, estive na pauta de Comissão de Finanças esse
322 assunto, nós temos autorização legal de fazer o resgate. O que fazer com esse recurso?
323 Nossa posição tem sido aqui informal, porque depende dessa Plenária, a mesa estaria muito
324 mais tranquila se nós abrissemos uma outra conta para o CAU/PR, transferíssemos a integra
325 desse dinheiro, porque para o CAU tanto faz ser conta A ou conta B, estaria rendendo e tal,
326 mas qualquer acontecimento posterior estaria ali sendo reajustado. E mais, as contribuições
327 mensais que não estamos mais obrigados a fazer, a mesa ficaria satisfeita se continuássemos
328 fazendo nessa conta. É como se fizéssemos uma poupança. A contabilidade não vai mudar
329 nada, é apenas uma outra conta, vai estar lá rendendo, só que nós não mexeríamos, dando
330 segurança não só para este mandato como também para os próximos mandatos. Essa é a
331 proposta que a mesa aqui informalmente traz”. Quanto ao texto, o Presidente pede que se o
332 Conselheiro tiver oportunidade, deixe as observações já feitas com o Assessor de
333 Comunicação, para que se possa ter o mais rápido possível. O Conselheiro Suplente MILTON
334 CARLOS ZANELATTO GONÇALVES expõe sua preocupação: “Se confirmando esta decisão,
335 para mim é uma grande preocupação, até por ser da Comissão de Finanças, agora não são
336 mais 20% (vinte por cento), na verdade essa é uma quebra de quase 25% (vinte e cinco por
337 cento) do orçamento do CAU/BR, porque ele deixa de ter os 20% (vinte por cento) e vão cair
338 para os 15% (quinze por cento). Então há uma necessidade de o CAU/BR fazer um grande
339 ajuste de suas contas, coisas que talvez até agora nunca tenha precisado, porque sempre
340 botou a conta para os CAUs/UFs pagar, essa conta que era dele, ele simplesmente passava
341 para a gente. Meu grande receio é justamente toda a importância dessa “pseudo vitória”, a
342 gente teve uma vitória na justiça, mas uma vitória que afeta a todos o UFS. O que vai
343 acontecer? Pode vir uma grande pressão, por exemplo, do CAU Nacional reavaliar quem é
344 deficitário, quem é superavitário para diminuir, por exemplo, a necessidade de injetar
345 recursos, porque o CAU vai ter dois problemas, primeiro é não contar com esse dinheiro que
346 ele contava e segundo é devolver o dinheiro que ele pegou indevidamente. Então devolver o
347 dinheiro, como ele ia comprar, relatado pelo Conselheiro Federal Manoel, uma sede de
348 R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), talvez vai ter que prolongar um pouco isso, mas o
349 grande problema. Não é simplesmente “devolve o dinheiro e acabou”, vão ter vários fatores
350 que podem ser bem preocupantes, seja campanhas que estavam como divulgação de
351 “conscientização a respeito de arquitetura”. Eu acompanhei bastante, o Jeferson sempre foi
352 muito transparente quanto a isso, a Comissão de Finanças sempre acompanhou o andar



353 desse processo, justamente porque o CAU/Paraná fazia o depósito em juízo, me sinto
354 aliviado por termos sempre tomado a decisão correta. Infelizmente temos a certeza de que o
355 CAU/BR errou, então isso para nós é ruim. Mas eu dou os parabéns pela atitude. Bom ou mal,
356 mas alguém precisava no mínimo acordar o CAU/BR a respeito de suas atitudes que nem
357 sempre o que ele pensa é verdade, porque hoje era apenas isso, amanhã, quem sabe, outro
358 tipo de Deliberação unilateral que poderia ocorrer. Então nesse aspecto eu parabenizo ainda
359 mais a gestão pela atitude de justamente questionar, não simplesmente acatar porque o
360 CAU/BR definiu". O Presidente complementa: "Conselheiro, obrigado. Só lembrando antes de
361 passar a palavra, que o Conselheiro Federal deste Plenário, Manoel, foi informado no
362 primeiro momento, ele faz parte da Comissão de Finanças, não cabe a ele pautar a Comissão
363 de Finanças com esse assunto, ele simplesmente está informado à espera de uma
364 movimentação do CAU/BR, e até agora não aconteceu. O que podemos fazer, estamos
365 fazendo". A Conselheira Titular MARGARETH ZIOLLA MENEZES, manifestasse dizendo que o
366 relato referente a implantação do Conselho foi esclarecedor, pois a mesma não fez parte da
367 primeira gestão; e que foi interessante saber as dificuldades que o Conselho enfrentou para
368 beneficiar todos os arquitetos e urbanistas. É muito bom quando o profissional, vem até o
369 CAU, e participa efetivamente de tudo que está acontecendo dentro do órgão, desta forma
370 vemos o trabalho de todos os colegas, de todos os Conselheiros que participaram
371 anteriormente, e até agora na presente data ainda estão aqui, e vê que tudo está sendo feito
372 de forma muito transparente, muito correta a administração, queria particularmente,
373 parabenizar a gestão de vocês, muito transparente, muito correta, parabenizo também esse
374 ganho, pode parecer entre aspas que pode trazer algum tipo de percalço para nós, mas eu
375 acho que não existe percalço, eu considero realmente que é um ganho positivo, quer dizer,
376 demonstra o cuidado daqueles gestores, dos valores que o nosso Conselho aqui se
377 preocupou, não é simplesmente ir lá e contribuir, "está correta essa contribuição? Houve
378 essa preocupação, houve essa responsabilidade dos nossos colegas, do nosso Presidente.
379 Então eu só tenho a parabenizar formalmente o senhor Presidente, todos os colegas, a
380 gestão do senhor, de como tem sido encaminhado tudo que está acontecendo dentro do
381 nosso CAU/PR. Para mim isso é motivo de orgulho. Obrigada". Finalizando, o Presidente
382 JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece as palavras dos Conselheiros, e diz que é
383 responsabilidade da presidência em trazer esses assuntos para esta Plenária

384 **2 Relato das Comissões.....**

385 **2.1 Relato da Comissão de Planejamento e Finanças - CPFi**

386 Com a Ata (ANEXO III) em tela, o Coordenador da Comissão, IDEVALL DOS SANTOS FILHO,
387 inicia o relato dizendo ao que se refere a ata da CPFi não houve nenhuma alteração. Sobre a
388 evolução das receitas 2014 x 2015, observa-se no quadro, que a arrecadação continua
389 decrescente; no gráfico sobre o RRT mês a mês, é possível verificar a curva declinando. Os
390 gráficos referentes as movimentações financeiras mostram as entradas e saídas, e as
391 evoluções das despesas; porém fica claro a queda de arrecadação. Com relação à aprovação
392 das contas de dezembro, foram expostos alguns quadros das evoluções dos fluxos de caixa, o
393 Coordenador da CPFi solicita que a ata da comissão seja encaminhada para cada Conselheiro
394 (a) para que depois cada um possa observar os detalhes. Seguindo, o comportamento das
395 receitas de dezembro de 2015, conforme o Documento de Circulação Interna (ANEXO IV),
396 apresentada pelo Gerente Geral do CAU/PR, Nilto Roberto Cerioli, o comportamento é típico



397 do período, mas o distanciamento em relação aos exercícios anteriores é contínuo. As
398 despesas, por seu turno, também repetem o padrão do período normalmente atingindo a
399 máxima do ano como ocorreu. Para o mês de dezembro, destacam-se os seguintes fatores
400 que justificam esses valores, como a quitação de todos os compromissos que competem ao
401 orçamento do exercício de 2015, o desembolso relativo à segunda parcela do décimo
402 terceiro salário, a aquisição e instalação de equipamentos e mão de obra na adequação do
403 prédio da nova sede para proporcionar sua imediata utilização parcial, despesas nos eventos
404 da Semana de Arquitetura e Urbanismo, liberação financeira dos convênios firmados
405 oriundos de chamadas públicas de apoio institucional. Finalizando, cabe o registro do
406 superávit do exercício no valor de R\$1.976.000,00 (um milhão, novecentos e setenta e seis
407 mil reais), cálculo este que exclui o desembolso para aquisição da nova Sede. O Coordenador
408 informa que alguns esclarecimentos foram solicitados ao Gerente Geral, e com base nesses
409 documentos apresentados foram solicitados esclarecimentos sobre os processos referentes à
410 manutenção da nova sede e contratos com a empresa S&R Administração e Terceirização da
411 Mão de Obra, e confirma que todos os esclarecimentos foram feitos; desta forma a CPFi
412 opina favoravelmente à aprovação do relatório financeiro de dezembro de 2015. No
413 momento o Presidente coloca em votação o Relatório Financeiro de dezembro de 2015, não
414 havendo manifestações contrária, é aprovado por unanimidade. Para encerrar seu relato, o
415 Coordenador da CPFi, IDEVALL DOS SANTOS FILHO faz alguns comunicados: “primeiro, foi
416 apresentado cronograma dos procedimentos para as aprovações do relatório de gestão TCU
417 referente ao exercício de 2015. Segundo, sugestão do Conselheiro ALESSANDRO FILA
418 ROSANELLI, que todos os documentos apresentados para análise junto à CPFi sejam visitados
419 a partir de agora, não só as atas e alguns relatórios, todos os documentos que forem
420 apresentados serão visitados pela Comissão”. O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS
421 ZANELATTO GONÇALVES solicita a palavra e explica: “O Gerente Geral, Nilto Roberto Cerioli,
422 trouxe para a CPFi uma análise até o vigésimo dia do mês de janeiro de como está a
423 arrecadação comparada com os anos anteriores. Com esta informação, foi realizada uma
424 discussão a respeito do número de RRTs emitidos pelos arquitetos no Paraná, e este número
425 de emissão está diminuindo ano a ano. Acreditando que esta situação é agravada pela crise
426 que se acentuou a partir de julho e que não se tem um demonstrativo de reação pelo menos
427 até o mês de janeiro. Desta forma, já está sendo previsto, na própria programação financeira
428 do CAU/PR que a CPFi irá utilizar valores ainda mais ajustados. Ano passado a CPFi discutiu
429 bastante, e explicou em Plenária do Paraná, a questão que o CAU/BR solicitou para aumentar
430 os gastos na reprogramação, no final o CAU/PR acabou ficando abaixo do solicitado, o que
431 acabou gerando alguns pequenos furos induzidos pelo CAU/BR a embutir nas planilhas do
432 CAU/PR. Novamente a gestão do CAU/PR está sendo bem realista e não necessariamente
433 acompanhando o CAU/BR, onde teremos nossos gastos mantendo o panorama que está de
434 arrecadação e de RRTs. Mesmo com o aumento no número de profissionais que ingressam
435 no Conselho, que são os formandos, e é cada vez maior número de escolas de arquitetura.
436 Está sendo feita já uma gestão muito preocupada com essa questão do financeiro para o
437 CAU/PR não ter problemas. Talvez uma das grandes vantagens é que o CAU/PR terá “essa
438 poupança” depositada em conta separada para emergências. Onde CPFi fará o
439 monitoramento de uma forma permanente para analisar se esse o quadro se reverte”. O
440 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR complementa: “Conselheiro, se me permite, como



441 não entrou em pauta a questão do dinheiro que temos que levantar da justiça, eu gostaria
442 que o Coordenador da Comissão colocasse o assunto em pauta, eu posso fazer a proposta, já
443 fiz inclusive, para que nós possamos deliberar hoje logo, porque nosso receio é que aconteça
444 algum “puxão de orelha” da justiça, a justiça nos autorizou a levantar o dinheiro. Se não
445 levantar o dinheiro vão dizer, "por que não tira o dinheiro?". Então minha proposta é a
446 seguinte, como não entrou na pauta, a mesa encaminha para a Comissão, que como a justiça
447 nos autorizou a levantar esse dinheiro que está depositado em juízo, que nós façamos a
448 abertura de uma outra conta corrente zerada, deposita todo esse dinheiro que está lá, que
449 está sendo corrigido, nós não sabemos qual o índice que a justiça usa, façamos os dois
450 depósitos anteriores que não fizemos, novembro e dezembro nesta conta, quer dizer, a
451 transferência, vai sair de uma conta e ir para outra, e que a Plenária nos autorize a fazer isso
452 todo mês, no dia que teríamos que enviar os recursos para o CAU/BR, fazemos a
453 transferência para essa conta corrente. Para a nossa contabilidade é uma tranquilidade,
454 sabermos que esse dinheiro está em separado”. Desta forma, o Presidente propõe que a
455 mesa já encaminhe para não ter que esperar pela próxima Plenária. O Coordenador da CPFi,
456 IDEVALL DOS SANTOS FILHO, informa que será incluso na ata da Comissão, agradece pela
457 explicação e esclarecimento do Presidente, e solicita o encaminhamento à Plenária. O
458 Presidente solicita à Plenária que se manifeste referente à extra pauta da CPFi. O Conselheiro
459 Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR solicita a palavra para fazer um relato: “Eu gostaria de
460 aproveitar a oportunidade e relatar um fato que ocorre hoje em Maringá. A prefeitura, em
461 uma remodelação do processo de aprovação de projeto, não exige mais apresentação de RRT
462 e ART, ela não quer criar vínculo nenhum com os Conselhos, papel dela, e reconheço que se
463 o profissional está registrado na Prefeitura, ela pede a renovação do registro anualmente, o
464 CAU emite a certidão que nós estamos regulares, ela não quer saber se o profissional
465 preencheu RRT por obra. Entendo que isso pode ser uma tendência de desburocratizar todo
466 o processo de aprovação de projeto pelo estado e até pelo país. O que eu gostaria de solicitar
467 é que o CAU fizesse um levantamento de Maringá do período de um ano, porque isso já está
468 valendo mais ou menos desde agosto do ano passado, para a gente ver se houve uma
469 mudança de comportamento da emissão da RRT e eu tento, via Prefeitura, levantar o
470 número de projetos aprovados pelos arquitetos para a gente fazer uma primeira checagem
471 numérica. Existe a possibilidade do CAU fazer um convênio, um acordo, um termo de
472 cooperação com o município para ele informar ao CAU os projetos que foram aprovados, eu
473 acho que é um momento de nós fazermos esse levantamento estatístico, ver se tem alguma
474 influência já em uma baixa, em uma possível diminuição de arrecadação, porque se
475 percebemos essa curva em Maringá, percebo que o que está se desenvolvendo lá tende a
476 acontecer no Paraná, que é um desejo sempre dos profissionais de tentar agilizar aprovação
477 de projeto, desburocratizar. Então esse é a pedida para verificarmos se tem uma leitura por
478 lá”. O Presidente agradece pelo relato, e informa que o relatório gerencial do setor de
479 atendimento que é feito mês a mês pode detalhar essa informação, e sugere que o próximo
480 relatório comparativo e de atendimento da Regional de Maringá seja feito de janeiro a
481 dezembro. Retomando, o Presidente coloca para votação o encaminhamento feito pela mesa
482 referente à abertura de uma nova conta para depositar o valor liberado pela justiça oriundo
483 do Fundo de Apoio. Sem manifestação contrária, a aprovação é feita por unanimidade.
484 Finalizando o relato da CPFi, o Coordenador informa que sobre a Resolução nº 101 do ano



485 passado, o CAU/BR fez uma alteração quanto à aprovação das contas que eram feitas
486 mensalmente e que passaram agora a ser trimestralmente. Essa mesma Resolução diz o
487 seguinte: “que com relação ao quarto trimestre, visto que as informações contábeis serão
488 apresentadas de forma consolidada na prestação de contas anual, não há necessidade de
489 fazer aprovação do quarto trimestre”; porém a CPFi do CAU/PR decidiu fazer em fevereiro,
490 como já faz mensalmente, faz trimestralmente, querendo fechar o mensal que já foi feito e o
491 trimestre também, então a CPFi solicitará para aprovação em fevereiro do último trimestre
492 também. Sem mais, a CPFi encerra o relato, e o Presidente solicita o andamento da pauta.-.-.-

493 **2.2 Relato da Comissão de Exercício Profissional - CEP**.....
494 O Coordenador da CEP, LUIZ EDUDO BINI GOMES DA SILVA, inicia o relato informando que
495 foram analisados 5 (cinco) itens de pauta (ANEXO V). O primeiro trata da Tabela de
496 Honorários (ANEXO VI) para a qual existe um pedido de maior empenho da CEP no sentido
497 de divulgar esse trabalho para os demais profissionais. Houve a informação que será incluída
498 no caderno de agendas que serão distribuídos aos profissionais no transcorrer do ano,
499 trabalho que está sendo realizado pelo Setor de Comunicação do CAU/PR. Outra sugestão da
500 Comissão é incluir o assunto nas oficinas do SICCAU, onde fosse divulgada a forma de
501 utilização do material disponível. O segundo assunto trata-se do retorno de uma solicitação
502 que foi feita pela Comissão ano passado referente à cessão de uso de direitos autorais, foi
503 feito encaminhamento para o CAU/BR através do GAD, porém o procedimento não foi aceito,
504 e terá que ser encaminhado através da Presidência, a Assessoria Jurídica apresentou minuta
505 de ofício tratando sobre essa questão para ser encaminhada para o CAU/BR pretende-se a
506 mudanças nas Resoluções e que estas deem uma maior segurança ao profissional no que diz
507 respeito à cessão de direitos autorais, em alguns casos de obras públicas, outros até em
508 obras privadas. O terceiro assunto é sobre o protocolo 332944/2016 é um fato que já
509 ocorreu no ano passado, uma empresa estava com dificuldade no resgate da documentação
510 no momento de transição entre os Conselhos CAU E CREA. O CREA não passou toda a
511 documentação e a empresa encontra-se com dificuldade em comprovar o seu histórico,
512 como de praxe nos outros casos a Assessoria Jurídica deve juntar a documentação que
513 comprova a existência da empresa no espaço de tempo e com respaldo nessa documentação
514 apresentado a Comissão delibera pelo atestado de alteração da data de registro da empresa
515 para que fique compatível. O quarto assunto é sobre o protocolo 2951/2015, trata-se de
516 outra solicitação que já teve pedido similar no ano passado, é alteração no preenchimento da
517 CAT Derivada, a Assessoria Jurídica já providenciou um ofício de solicitação que deverá ser
518 encaminhado através da Presidência, pois o sistema GAD não aceita esse tipo de solicitação,
519 será encaminhado ao CAU/BR para que seja realizada alteração no preenchimento daquele
520 documento compatível com a necessidade. A quinta e última pendência da pauta trata sobre
521 levantamentos estatísticos para emissão de novas propostas. Esta maneira foi instituída pelo
522 Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO assim como pelo Conselheiro Titular RAFAEL
523 GIMENES GONÇALVES. Através do procedimento procuramos situações que podem
524 impulsionar o exercício da profissão. Tomando por base esse raciocínio é que estamos em
525 busca de indícios para formulação de novas propostas. O Conselheiro Titular ORLANDO
526 BUSARELLO fala sobre a importância dos dados estatísticos sobre o exercício da Arquitetura
527 no Paraná, diz que é importante que a informação seja ampliada e repassada a todos os
528 Arquitetos. Lembra-se de um episódio onde houve um comentário sobre desinformação e



529 acredita que é de competência da Comissão de Exercício Profissional estabelecer um
530 processo de sinergia com os dados que hoje estão disponíveis tornando as informações
531 objetivas e que elas possam representar um espelho do momento profissional no Paraná e
532 no Brasil. A ideia é organizar e comparar nesses cenários. Nesse momento o Presidente
533 JEFERSON DANTAS NAVOLAR, lembra à Plenária que já foi encaminhado para as Prefeituras
534 de todos os Municípios do Estado, um questionário com a finalidade de levantar a situação
535 da Arquitetura no Estado. E comenta certa dificuldade em conseguir as respostas, tanto que
536 disponibilizou uma funcionária que está em contato constante cobrando o preenchimento do
537 questionário. Trata-se de uma ferramenta extremamente importante, pois, a partir das
538 respostas, cada Prefeitura terá uma abordagem diferente; e complementa dizendo que já
539 foram angariadas 150 das 399 respostas. A ação visa a incentivar os Prefeitos que verifique
540 no seu Município as prioridades quanto à existência de Arquiteto no quadro de funcionários.
541 Estas são exemplo das questões que o CAU/PR busca com o questionamento. O Assessor de
542 Comunicação irá fazer uma apresentação do que já se conseguiu até o presente momento. O
543 Presidente, passa a palavra para o Coordenador da CEP, que faz o seguinte comentário:
544 “como o Paraná vem se apresentando no cenário Nacional entre o terceiro e o quarto lugar
545 no exercício da profissão é importante que tanto os profissionais quanto a sociedade tomem
546 conhecimento e sintam-se valorizados, e que esses dados sejam amplamente divulgados”. O
547 Presidente informa que mensalmente são apurados números de RRT’s e que não são
548 divulgados, mas que existe um veículo que poderia ser usado, ou seja, que mensalmente
549 poderá ser divulgado no site, com o título da evolução da presença do trabalho dos
550 Arquitetos no Paraná, e propõe que se houver aprovação da Comissão poderá ser
551 encaminhado para divulgação. O Coordenador da CEP diz que a Comissão entende que a
552 informação é um propulsor para o conhecimento; e passa para a apresentação (ANEXO VII)
553 do Sr ANTONIO CARLOS DOMINGUES DA SILVA, Assessor de Comunicações que relata o
554 seguinte: “essa é a tabulação dos questionários, lembrando: os questionários foram
555 enviados para as 399 Prefeituras do Estado, inicialmente a ideia era que a tivéssemos
556 resposta para 10% (dez por cento), ou seja, 40 municípios, mas precisamos ampliar esse
557 universo, pois nota-se que cada Prefeitura tem uma necessidade diferente de tratamento.
558 Esse é um mapa dividido por Regional, os que estão em cor clara são aqueles cujos
559 questionários que já foram respondidos. Os municípios receberam algumas observações, do
560 como: a letra “A” são os municípios que têm Agentes de Câmaras Técnicas e o ponto
561 identificado com a letra “C” são os municípios que têm Conselheiros. Solicitamos o
562 envolvimento dos Conselheiros para que se consiga maior número de resposta dos
563 questionários, principalmente em alguns municípios importantes do estado que ainda não
564 responderam, sendo eles: Curitiba, Londrina, Guarapuava. O CAU/PR irá disponibilizar esse
565 mapa por regional para todos os Conselheiros e que também já foi encaminhado para os
566 Agentes de Câmaras Técnicas pedindo que eles se envolvam nesse trabalho de
567 convencimento, para que as Prefeituras respondam o questionário. São 10 (dez) questões
568 bastante simples, esses são os dados tabulados. Presença de arquitetos nas prefeituras, 52%
569 (cinquenta e dois por cento) têm arquitetos no seu quadro efetivo. O regime de contratação
570 desses profissionais: 61% (sessenta e um por cento) são comissionados, 39% (trinta e nove
571 por cento) são concursados. Uma das questões era se o município participa de consórcios
572 municipais, 66% (sessenta e seis por cento) participam e 34% (trinta e quatro por cento) não



573 participam de nenhum consórcio. Se tem legislação própria, 52% (cinquenta e dois por cento)
574 têm e 48% (quarenta e oito por cento) não têm; Área de Preservação Permanentes urbanas
575 também era uma das questões, 70% (setenta por cento) possuem APPs urbanas, 30% (trinta
576 por cento) não. Os que disponibilizaram a lista dessas APPs, 48% (quarenta e oito por cento)
577 disponibilizou e 58% (cinquenta e oito por cento) não. Outra questão era de quem aprova o
578 parcelamento de solo, em 80% (oitenta por cento) dos casos é um engenheiro, em 11% (onze
579 por cento) quadro técnico da própria Prefeitura e 5% (cinco por cento) arquiteto ou
580 engenheiro, não especificou arquiteto especificamente apenas 2% (dois por cento), e em 1%
581 (um por cento) é o Secretário de Obras quem aprova o parcelamento de solos. Possui código
582 de obras? A grande maioria, 97% (noventa e sete por cento) possuem. Se disponibiliza esse
583 código de obras em sites, 71% (setenta e um por cento) sim. Possui lei de proteção ao
584 patrimônio histórico, cultural e artístico, a grande maioria 87% (oitenta e sete por cento) não
585 possui. Se possuem plano de habitação de interesse social, 62% (sessenta e dois por cento)
586 têm. Os que disponibilizaram esse plano, só 22% (vinte e dois por cento). Lei de assistência
587 técnica, então essa é uma questão que na realidade se considerou como não entendido ou
588 pelo menos não conhecem a lei de assistência técnica. Aqui tem a relação dos que
589 responderam na regional de Cascavel. Do total de 80 (oitenta) municípios, 32 (trinta e dois)
590 responderam, o que corresponde a 40%(quarenta por cento). Aqui a regional de Curitiba, do
591 total de 49 (quarenta e nove) municípios, 20 (vinte) os que responderam representam 41%
592 (quarenta e um por cento). Aqui é Guarapuava, 45 (quarenta e cinco) municípios só 11 (onze)
593 responderam que determina 24% (vinte e quatro por cento). Aqui até, à exceção de
594 Guarapuava, o resto não tem presença de Conselheiro ou Agente. Londrina, de 79 (setenta e
595 nove) somente 21 (vinte e um) respondeu o que representa 26% (vinte e seis por cento)
596 responderam, mas lembrando que o próprio município de Londrina não respondeu, já
597 insistimos, mas até agora não tivemos sucesso; Maringá das 109 (cento e nove) prefeituras,
598 39 (trinta e nove) responderam. A maioria das regionais onde tem Conselheiro ou Agente.
599 Pato Branco, das 37 (trinta e sete), 12 (doze)”. Com a palavra, o Presidente faz referências
600 elogiosas a todos que colaboraram de forma a preparar a atual apresentação, foram eles:
601 Antônio Carlos Domingues da Silva, André Felipe Casagrande, José Fernando da Silva e
602 Talisson Gustavo Rohde Fritzem; e continua; “temos necessidades prementes de saber como
603 está cada Prefeitura e já estão se esgotando as possibilidades de cobrança amigável.
604 Conselheiros, precisamos de insumos para poder agir. Espera-se que com a contínua atuação
605 de nossa funcionária Selene Vanessa Cunha Lopes seja possível obter mais algumas
606 respostas. Já contamos com 35% (trinta e cinco por cento) dos questionários respondidos.
607 Com este índice não se tem ideia de quanto do território ou a quantidade da população que
608 estão sendo atingidos com o levantamento. Para que se possa ser mais incisivo será
609 estipulado tipos de ofícios de acordo com as respostas, assim se não tiver arquiteto
610 estabeleceremos o tipo 1 e assim sucessivamente até completar todas as questões que
611 devam ser resolvidas e será o momento em que terá que ser realizado de forma mais
612 impositiva. Para cobrir o território todo necessita-se de tempo e informação. E também das
613 informações das demais Prefeituras”. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO, comenta
614 que é animador a obtenção desse primeiro resultado, que a ideia de população abrangida é
615 muito mais importante do que representa o território. A objetividade do questionário a fim
616 de garantir maior participação da Arquitetura. A questão é aprimorar, para um primeiro



617 momento isso é ótimo, mas pode-se pensar também em cobrar das Prefeitura
618 disponibilização de informações em meio digital, e comenta as disparidades encontradas, da
619 seguinte forma: “A gente lida com o mercado e com diferentes municípios e tem exemplos
620 aqui em Curitiba e Região Metropolitana que são diametralmente opostos, por exemplo, a
621 Prefeitura de Pinhais disponibiliza tudo, quer dizer, totalmente transparente e traz um
622 instrumental de informações para o profissional que é incrível, você tem até horto foto
623 imagem e curva de nível disponível sem ser necessário se deslocar ou pagar, é incrível. Já
624 Curitiba, que tem toda uma tradição, já está com 50 anos de sistema de planejamento
625 implantado e toda a tradição, ela não fornece esse tipo de informação. Algum tempo atrás
626 houve uma exigência de que todos os municípios acima de 20.000 habitantes tivessem seus
627 planos diretores, acho que grande parte desses municípios, eu não sei que percentual, eles
628 têm essas informações. A importância de um empurrão do CAU e de quem mais forem
629 possíveis para disponibilizar isso para um acesso mais fácil. E pintou também nessa reunião
630 que nós fizemos de manhã preparatória para a oitiva de amanhã no caso de Mangueirinha a
631 questão do Alvará de projeto separado do Alvará de Construção, que é fundamental isso, a
632 gente já vem trabalhando e conversando há muito tempo, mas acho que talvez seja o caso
633 agora dessa objetividade. A subprefeitura fornece Alvará de Projeto e Alvará de Construção
634 separadamente? Porque é recorrente, a gente continua batendo com o mesmo problema em
635 todas as Prefeituras”. O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES
636 comenta a respeito dos tipos de Alvarás que estão previstos na Prefeitura de Curitiba e que
637 ainda terá uma terceira opção que é o de regularização (devido ao mutirão de regularização
638 de obras), onde o Arquiteto e Urbanista terá responsabilidade somente da regularização e
639 não do projeto e da execução como responsável técnico da obra, e lembra que não há
640 previsão de RRT de regularização e a mais próxima que seria de “*As built*” que só comporta
641 se tiver projeto e execução o que não está ocorrendo. Para resguardar o profissional que
642 estará assinando uma regularização de uma autoconstrução sem as etapas anteriores de
643 responsabilidade. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, fala da indisponibilidade que
644 ocorrem em vários setores, assim como também não há clareza nas informações que o IES
645 passa, por se tratar de voluntariado, depende muito do coordenador se disponibilizar a
646 fornecer a informação. Para que se consiga melhorar os números estatísticos é necessário
647 que ocorra uma melhora nas questões, ajudando nas negociações junto às Prefeituras e
648 definindo o assunto dando mais firmeza ao que é tratado, e complementa: “No passado já
649 adiamos decisões, em busca de melhor oportunidade e buscando sempre um encadeamento
650 de situações que possam garantir um bom aproveitamento dos recursos despendidos. O
651 exemplo a ser ressaltado do caso é que no passado adiamos decisão de contratar fiscais para
652 o interior, agora será o momento, foi elaborado junto com a CPFi e com a COA, um estudo,
653 onde foram feitas várias adaptações e após esse processo poderemos contratar os quatro
654 Arquitetos fiscais, pois a eles serão concedidas informações para o trabalho a ser
655 desenvolvido, e se possível ajudando as Prefeituras a responder os quesitos com
656 objetividade. Em campo hoje pode-se afirmar que existirá muito mais efetividade”. O
657 Conselheiro Titular CARLOS HARDT deixa o registro que o Conselho vem se afirmando como
658 entidade que trabalha sobre dados e não sobre opiniões. Sendo que esta imagem está sendo
659 reafirmada com esse tipo de informação que está se disponibilizando. Ainda alerta que na
660 manipulação dos dados há necessidade de muito cuidado para que se evite interpretações



661 equivocadas, qualquer comentário deve ser muito bem feito e trabalhado. Sempre que
662 possível ao se executar uma ação, demonstrar que ela se originou das informações coletadas
663 sobre os dados colhidos no Estado. Assim se temos aproximadamente 140 (cento e quarenta)
664 respondentes em um universo de 399 (trezentos e noventa e nove) Municípios contamos
665 com uma segurança de uns 90% (noventa por cento) de segurança, este é um cálculo simples
666 e que deve ser perseguido, ou seja, quanto de segurança os dados obtidos nos garantem. O
667 Presidente diz que a primeira etapa foi cumprida, ou seja, envio de ofício e cobrança diária
668 por telefone. Agora é aplicar outras metodologias, que seja formal: “ Faremos uso de todo o
669 pessoal que estiver em campo, fiscais, agentes de câmaras técnicas e o colaborador José
670 Fernando da Silva que irá se deslocar organizar reuniões para melhorar a coleta de forma que
671 os dados reflitam direcionamento e tenham serventia”. O Coordenador da CEP, LUIZ
672 EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, relembra que no passado foi usado o SICCAU para coleta
673 de dados (senso dos arquitetos entre 2012 e 2013), que surtiu um bom retorno, além de
674 abrir um canal direto de comunicação com os órgãos públicos, que poderiam ser utilizados
675 para atingir vários objetivos diferentes. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, explica
676 que tal situação seria ideal, porém não é viável porque somos apenas usuários do sistema:
677 “Não temos prerrogativa de utilizar de acordo com a nossa necessidade. Isto inviabiliza a
678 utilização de modo rápido como é nossa meta. Não que não possamos fazer uma solicitação
679 para que prevejam isto para um futuro com espaço tempo bem maior do que estamos
680 planejando nossa ação”. O Conselheiro Titular NESTOR DALMINA acredita que uma visita
681 poderá em muito ajudar a obter as respostas que o Conselho busca, e que em sua opinião:
682 “que até pode existir boicote de algum assessor para impedir que seja respondido”. O
683 Presidente dá por encerrada o relato da CEP e agradece pela exposição.....

684 **2.3 Relato da Comissão de Ensino e Formação - CEF**.....

685 O Coordenador da Comissão CARLOS HARDT, inicia o relato falando sobre os assuntos
686 discutidos na CEF, conforme ata (ANEXO VIII), o primeiro assunto trata-se de registro
687 profissional de estrangeiro. O Profissional Argentino, Frederico Pipa, formado no país de sua
688 nacionalidade, solicitou a equivalência do seu diploma, o que em tese foi concedido, pela
689 UFPR e ato contínuo está solicitando o seu registro profissional. Para tanto, por questão de
690 padronização, a CEF solicita a confirmação da documentação apresentada. Como o fato
691 ocorreu no final do ano, por motivo de férias, não foi possível a CEF obter a informação;
692 desta forma decidiu, na Plenária passada, que seria encaminhado à CEF/BR, porém por
693 cautela, decidiu hoje aguardar a resposta da Universidade pela confirmação da
694 documentação evitando problemas e mal-entendido. Pretende-se solicitar a universidade
695 resposta urgente, e somente de posse da confirmação fazer o encaminhamento para o CEF
696 do CAU/BR, respeitado o princípio da prudência. O segundo item da pauta, refere-se a um
697 assunto que surgiu na Plenária passada, sobre um “Curso Superior de Tecnologia em
698 Produção de Projetos de Edificações”, porém este mesmo curso no ano de 2013 tinha outra
699 denominação, “Produção de Projeto Arquitetônico”, e após uma série de intervenções do
700 CAU/PR, o Reitor da Universidade informou que estariam sendo corrigidos uma série de
701 elementos a fim de se evitar que fosse entendido como forma de se fazer arquitetura.
702 Verificado a grade curricular, não fala mais em produção de projeto arquitetônico, mas o
703 módulo é a representação de projeto, ou seja, as disciplinas são produção de projeto.
704 Portanto, houve um trabalho formal, mas aparentemente ainda está sendo divulgado e



705 vendido como um curso que daria a capacitação para desenvolver projetos de edificações,
706 que nada mais são que projeto arquitetônico. Tendo em vista esta situação estar vinculado
707 diretamente ao processo de 2013, a Comissão encaminha da seguinte forma, primeiro, fazer
708 um novo estudo nos moldes do que foi feito em 2013 para verificar esses problemas. Em
709 relação à proposta do curso, a CEF/PR irá encaminhar à universidade essa preocupação, não
710 só em relação aos nomes, ao eufemismo de "produção de projeto" em vez de "projeto", mas
711 também dos próprios clientes estarem entendendo como sendo um curso de 2 (dois) anos e
712 meio que daria capacitação para o desenvolvimento do próprio projeto, que é uma
713 propaganda enganosa, no mínimo. Será feito um encaminhamento para que a Assessoria
714 Jurídica do CAU/PR, que fez todo o processo de 2013, retome esse mesmo processo para
715 verificar as similaridades com o anterior, e ainda por se tratar de Curso Superior Tecnólogo,
716 poderá ser regulado por outro Conselho que não o CAU, fazendo um sombreamento de
717 atividades na Profissão do Arquiteto. Portanto a deliberação é, que seja encaminhado a
718 Instituição um pedido de informação, solicitando ajustes mais profundos e que explicita
719 também aos interessados a limitação legal do próprio curso, assim como na publicidade que
720 vem sendo distribuída onde a competência é de produção de projetos e edificações. O
721 Presidente do CAU/PR, faz um alerta para que não se perca o raciocínio e enfatiza que é
722 nítido que isso não é uma atitude isolada e comenta que: “Enquanto fazíamos parte do
723 sistema CONFEA/CREA os projetos de lei que não fossem de interesse do Sistema não
724 prosperavam dentro do Congresso Nacional. Me parece que a Arquitetura esta lógica mudou.
725 Então a manifestação é correta, mas talvez tenha que ser mais abrangente, de nós
726 alertarmos o CAU/BR desse tipo de manifestação e que me parece que é geral de fatiamento
727 das atribuições para enfraquecer o Profissional”. O Coordenador da CEF também posiciona
728 sua preocupação que é evidentemente dentro da limitação legal, de que a manifestação
729 encaminhada a Instituição seja enfática, não seja muito diplomática, mas seja incisiva no
730 sentido de que isso não está passando despercebido. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES
731 MARTINS, pede a palavra e apresenta o seguinte relato: “só gostaria de reforçar, em uma
732 outra oportunidade quando ainda naquela primeira questão desse caso, eu reforcei que eu
733 tinha um amigo, um Arquiteto que lecionava no Curso ainda de Produção de Projetos de
734 Arquitetura e aquilo que ele sempre tinha preocupação e até por essa proximidade ele falou,
735 "os alunos entendem que vão sair projetando, e não sendo desenhistas, eles entendem que
736 eles vão projetar, e que se o CAU não vai acolher, outro Conselho vai", isso sempre foi uma
737 preocupação que eles trouxeram a mim no caso como Conselheiro. Então, reforço, já alertei
738 disso na outra oportunidade e reforço novamente agora”. O Conselheiro Titular ORLANDO
739 BUSARELLO, diz: “Produção de projeto, na verdade é uma enganação, porque o que nós
740 apoiávamos ou deixaríamos de criar obstáculos? Um curso de desenho de projetos de
741 edificação, essa é a palavra que eles tentam camuflar com a questão da produção. O que eles
742 formam? Desenhistas, não projetistas. E também a questão de qual Conselho vai acolhe-los.
743 Como disse o Conselheiro BRUNO, anteriormente, o CAU provavelmente não. As coisas têm
744 um nome muito claro, Desenho”. Já o Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA
745 SILVA se pronunciou da seguinte forma: “Me preocupa também receber essa notícia, é um
746 risco não só para os profissionais, que estará sendo indevido no mercado, mas para a
747 sociedade que vai estar comprando um produto que na verdade não existe. Então acredito
748 que é um assunto sério, tem que ser tratado com seriedade, oficiar pelo Conselho, senão é



749 uma briga jurídica talvez que a gente tenha que adotar em proteção dos 2 (dois) âmbitos, da
750 Profissão de Arquiteto e Urbanista e da Sociedade, que é o foco do Conselho. Acho que essa
751 situação deve ser enfrentada enquanto ela está começando, depois que formarem as
752 primeiras turmas, é um outro cenário mais preocupante ainda. Acredito que estamos em um
753 momento de pensar com bastante seriedade, deixar essa contribuição”. O Conselheiro Titular
754 IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE faz a seguinte comentário para os registros: “Acredito que a
755 postura do Conselho tem que ser radical, mesmo o desenho tem que ser tirado disso, porque
756 o desenho vai acarretar todo aquele raciocínio do Artigas, que vem lá dos Renascentistas,
757 quer dizer, o Arquiteto faz o Desenho, o desígnio. Desígnio é projeto, então o fato de o
758 sujeito se sentir apto a fazer desenho, já está dizendo que ele já está se sentindo apto a fazer
759 projeto. Então temos que ser, foi o que a gente discutiu hoje, de não transigir a lei, não fazer
760 nada que transija a lei, mas levar esse aspecto legal ao extremo, fazer todas as objeções
761 possíveis para que um curso desses não saia. Ou possamos obstruí-lo ao máximo ou esvaziá-
762 lo”. O Presidente do CAU/PR, passa a palavra ao Conselheiro Suplente MILTON CARLOS
763 ZANELATTO GONÇALVES, manifesta sua opinião: “Esse é o tipo de atitude que, agora falando
764 como Presidente do Sindicato, é um desserviço à nossa categoria, uma jogada de marketing
765 que é um tiro no pé. Nós já temos curso de técnico de edificações, o cara já pode fazer um
766 curso de AutoCad em qualquer escola que tem por aí para aprender a fazer desenho, só que
767 agora o cara dizer, "não, você está fazendo um curso técnico, superior para fazer desenho",
768 para mim isso é uma maquiagem, daqui a 10 anos vai existir um monte de desenhista com
769 carteirinha de outro Conselho, porque a gente não vai aceitar, e tentando entrar na justiça
770 dizendo que eles têm o direito de aprovar projeto arquitetônico. E para mim é uma vergonha
771 maior saber que uma entidade de arquitetura como a AsBEA está apoiando esse tipo de
772 ação; esperar esse tipo de atitude de outras entidades para mim é normal, agora, uma
773 Entidade de Arquitetura, que luta pela Arquitetura? Não tenho como não comentar esse tipo
774 de coisa, principalmente em nome do Sindicato, onde a gente luta justamente pela
775 valorização profissional, salário mínimo do arquiteto, que já é muito baixo. Então para mim
776 esse tipo de coisa não pode passar, tem que ser tomada uma atitude drástica, tem que avisar
777 a universidade, "vocês têm que avisar que se o cara fizer um projeto, ele vai sofrer um
778 processo junto ao Conselho, exercício ilegal da profissão". Não é simplesmente, "eu posso
779 fazer", você vai sofrer um processo, se tiver qualquer problema, nem que seja na ação civil,
780 vai ser criminal, se você fizer é uma ação. Não podemos permitir esse tipo de situação”. O
781 Conselheiro Titular GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS, faz suas considerações a respeito do
782 tema: “é uma tentativa de subcontratação da subcontratação, em vez de pagar 2 (dois)
783 salários mínimos para subcontratar uns Arquitetos, seja um escritório de arquitetura ou de
784 engenharia, quer reduzir custo para aumentar o lucro. Em vez de tentar outra estratégia, eu
785 não sou o mais indicado para comentar, mas é uma questão de subcontratação. E em
786 questão de dizer se é desenhista ou se é técnico em arquitetura, a descrição do curso ali tem
787 um parágrafo que diz com as seguintes palavras, "promove a formação suficiente para
788 planejar, desenvolver, coordenar e gerir as atividades de produção de projetos, arquitetura,
789 urbanismo, paisagismo e aí por diante". Quer dizer, o que é produzir projeto? Não é
790 projetar? Então basicamente está dizendo com todas as palavras que está se criando um
791 técnico em arquitetura. E, mais uma vez, a gente não regula a profissão do tecnólogo, quem
792 regula é outro conselho, e é um curso superior, o que preocupa, porque se fosse uma



793 especialização, a especialização não dá atribuição. E só reiterar o que o Conselheiro BINI
794 falou, o curso tem 2 (dois) anos e meio e já tem 1 (uma) turma, creio que devemos ser mais
795 incisivos agora e já acabar com esse tipo de atitude e bater firme, se aparecer de novo, a
796 gente bater firme de novo para evitar problemas mais para o futuro”. Com a palavra, o
797 Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES faz as seguintes considerações a respeito do
798 assunto: “Só queria introduzir rapidamente uma pergunta quase de leigo, já não sou
799 professor acho que há 40 (quarenta) anos. Existe a profissão do tecnólogo em várias áreas do
800 conhecimento e tem sido extremamente positiva dentro da administração, da enfermagem
801 ou outras áreas afins. Por outro lado, a utilização do arquiteto como mão de obra tipo
802 tecnólogo nos escritórios não digo que seja ruim ou boa, mas talvez seria melhor se
803 tivéssemos algum tipo de tecnólogo fazendo esse tipo de trabalho. Eu não quero me
804 estender aqui porque eu acho que está muito bem colocado o fato de que esse
805 especificamente é uma enganação sobre uma tentativa de fazer um curso de Arquitetura
806 sem passar pela necessidade do generalismo que o estudo de arquitetura impõe a nós. Por
807 outro lado, nossa formação generalista, que ao nosso tempo de faculdade exigia cerca de
808 5.000 (cinco mil) horas de faculdade, hoje está reduzido a 3.000 (três mil) horas e não sei
809 quantas, ou seja, mas a profissão continua sendo ampla e generalista, quer dizer, exigindo
810 uma série de conhecimentos muito importantes na área de artes, na área de sociologia, na
811 área de economia, na área de engenharia e, principalmente, no desenvolver do projeto, da
812 concepção do que é o habite-se, na concepção do que é o projetar, na concepção do que é a
813 cidade, do que é o urbanismo, enfim. A nossa faculdade hoje, quando nós pensamos nos 420
814 (quatrocentos e vinte) cursos que já existem pelo país, ela não tem condição real de cumprir
815 com a função dela, ela traz a formação, em geral, de maus Arquitetos. Acredito que está
816 havendo alguma confusão, e essa confusão não acredito que vá ser resolvida nesse momento
817 nessa reunião, mas eu gostaria que isso ficasse nas nossas cabeças, porque é diferente você
818 ser formado com 5.000 (cinco mil) horas daqueles que serão formados com 3.000 (três mil)
819 horas. Então será que um curso de tecnólogo que prevê 1800 (mil e oitocentas) horas
820 específicas em uma determinada área do conhecimento que ele vai poder ajudar os
821 Arquitetos não seria melhor desenvolver um curso de arquitetura desse jeito como está
822 acontecendo, como vocês mesmos vão falar sobre a ideia do curso 100% EAD. Obrigado”. A
823 Conselheira Titular MARGARETH ZIOLLA MENEZES manifesta-se: “informo aos colegas que só
824 tomei conhecimento nesse momento de que a AsBEA está chancelando esse tipo de curso e
825 acabei de pedir ao Presidente um ofício formal para eu encaminhar ao presidente da AsBEA e
826 pedir esclarecimento também do porquê nós estamos aprovando uma aberração dessas.
827 Esse é um posicionamento meu já como Conselheira do CAU, porque realmente não aprovo e
828 concordo com tudo o que os colegas expuseram há pouco. Não está dizendo a palavra em
829 momento nenhum que é para formação de desenhista de edificação, e sim a formação está
830 sendo dirigida contra a nossa própria profissão, então seria até contraditório se tanto eu
831 quanto a minha colega, Cris Lacerda, não estivéssemos desde já assumindo esse
832 posicionamento. Só isso que eu queria esclarecer para vocês. Obrigada”. O Presidente
833 agradece as manifestações e reafirma a convicção de que apenas uma conversa com o
834 Presidente da AsBEA, surtirá o efeito que todos esperam e o mesmo irá ocorrer com o
835 SINDUSCON, para alertar sobre a responsabilidade que a entidade assume em apoiar esse
836 tipo de iniciativa de formação. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT, diz: “pode-se perceber



837 que apesar de, em um primeiro momento, aparentar ser um assunto muito particular, é um
838 assunto de suma importância inclusive naquilo que o Presidente explanou, isso faz parte de
839 um conjunto de ações que podem fragmentar nossas atribuições profissionais. Vê-se muitas
840 ações pelo Brasil afora com projetos de lei preocupantes sobre este aspecto. Porém, o
841 momento é extremamente delicado, por isso há necessidade de um envolvimento profundo
842 da Assessoria Jurídica, porque naquela manifestação de 2013 o Reitor da Universidade nos
843 encaminhou um ofício falando que essa disciplina que se chamava Produção de Projeto de
844 Arquitetura e Projeto Legal passaria à denominação de Desenho Técnico de Projeto de
845 Arquitetura e Projeto Legal. E aí na ementa ele dizia, "capacitar o aluno a realizar desenhos
846 técnicos arquitetônicos de um projeto completo de edificação e projeto legal", e assim vai.
847 Porém, se nós, em uma análise muito superficial, verificarmos só a grade disciplinar, o
848 módulo chama-se "representação de projeto", as disciplinas chamam-se "produção de
849 projeto legal, produção de projetos específicos, produção de projetos pré-fabricados", ou
850 seja, se mudou o nome do módulo, mas efetivamente o conteúdo se mantém". O terceiro
851 item da pauta, faz menção a proposta de um Curso de Arquitetura e Urbanismo 100% (cem
852 por cento) à distância. O que não é factível. O que foi deliberado pela CEF seria o
853 encaminhamento do assunto ao CAU/BR. Houve sugestão da Assessoria Jurídica que o
854 assunto também fosse informado ao CAU/MG e ao CAU/Nacional, por se tratar de um curso
855 à distância, ele terá uma abrangência em todo o território nacional, e ao CAU/MG, porque é
856 o Estado onde essa IES tem a sede. As diretrizes nacionais de Cursos de Arquitetura dão a
857 possibilidade de se ter 20% (vinte por cento) da carga horária ser realizado a distância, então
858 100% (cem por cento) como é noticiado na publicidade do Curso é algo ilegal. Para tanto foi
859 idealizado uma minuta de ofício para os CAU Nacional e Minas, a fim de que sejam tomadas
860 providências no sentido esclarecer e tomar as medidas cabíveis para o assunto. O próximo
861 item da pauta da CEF, trata-se de divulgação de cursos *lato sensu*, ocorreu o pedido de dois
862 Cursos de Especialização que estão requerendo divulgação através do site do CAU. A UEL está
863 solicitando divulgação de um curso de especialização promovido pelo Curso de Arquitetura
864 que tem ênfase em Projeto. A Comissão emitiu parecer favorável e o curso é dirigido a
865 profissionais de Arquitetura. A segunda proposta é feita pela UNIPAR de Cianorte, porém
866 está carecendo de maiores informações, está sendo disponibilizado para engenheiros e
867 arquitetos. A Comissão deu parecer de que a IES faça maiores esclarecimentos para futuro
868 estudo de divulgação. Como a frequência de solicitação de divulgação de cursos é algo
869 corriqueiro é necessário que se discuta critérios que balizem e que determinem uma
870 uniformidade de tratamento para a questão de divulgação, isto não implica haver o
871 cancelamento por parte do CAU/PR. Um dos quesitos a ser cobrado é que as IES
872 promotoras estejam regulares com as informações junto ao CAU/PR. Conselheiro Suplente
873 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES que deixa um lembrete para os Coordenadores de
874 Cursos de Pós-Graduação que emitam suas RRT de cargo e função com a atualização de
875 todos os dados e principalmente o da função atual. O Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI
876 JÚNIOR apresentar: "Então essa história da divulgação dos cursos que a gente já vem
877 discutindo há um tempo, de fato acho que precisamos criar esse regulamento, essas regras e
878 acho que hoje vocês já colocaram uma série de parâmetros interessantes, que me parece
879 que vocês têm dificuldade de ter o cadastro das escolas atualizados. Tem escolas que faltam
880 os dados, falta às vezes até a RRT de cargo e função, que principalmente as escolas públicas



881 têm dificuldade de fazer, às vezes não querem fazer. Então quer divulgar, vai ter que
882 apresentar o documento. Acredito que esse é um ótimo parâmetro. Sempre fico na dúvida,
883 porque aparecem cursos aqui que a gente acaba avalizando e a gente não sabe de onde vem.
884 Então no mínimo, se for abrir para divulgar no Conselho, porque fala, "veio da UEL", tudo
885 bem, o outro da PUC também, a sabemos quem está envolvido, mas aí está vindo um outro
886 sei lá de onde, de Paranavaí, Nova Esperança e muitas vezes precisasse estabelecer alguns
887 critérios, o coordenador do curso é arquiteto? É. Tem vínculo com o CAU? Se não tem já
888 corta. Abre para arquitetos e outros profissionais? Temos que avaliar, porque às vezes é um
889 curso de gerenciamento de projetos, então depende um pouco e sempre vai ficar uma coisa
890 complicada. Eu defendo que certas ações deveriam ficar na mão das entidades de classe,
891 como esse tipo de ação, que acho que enfraquece muito as entidades no momento em que o
892 Conselho que tem a página, tudo bem, ficar na página do Conselho é menos mal, digamos,
893 agora, o Conselho se comprometer a mandar no *mailing* dele propaganda dos cursos, acho
894 que não deveria fazer. E, de certa maneira, sempre fui preocupado com a manutenção das
895 nossas entidades, IAB, AsBEA, todo mundo, Sindicato, que é uma maneira de fortalecer as
896 entidades fazendo esse tipo de divulgação para o *mailing* próprio. E se o CAU toma a frente,
897 a gente desmonta essa possibilidade, porque acho que não cabe exatamente a nós. Então
898 sempre fico mantendo essa dúvida no ar para todos nós conversamos". O Presidente
899 JEFERSON DANTAS NAVOLAR encerra agradecendo aos pareceres que servirão de base para a
900 CEF se posicionar e considera encerrado o relato.....

901 **2.4 Relatos da Comissão de Ética e Disciplina - CED.**.....

902 Seguindo a ordem da Pauta o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, solicita que o
903 Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina, Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES,
904 proceda com seu relato. Explica que devido ao evento da oitava que irá ocorrer do caso
905 Mangueirinha, no horário destinado às Comissões, foi realizada uma reunião entre a CED e a
906 CEP, para idealizar o modelo de como será conduzido o ritual da oitava. Fizeram algumas
907 observações de como deverá ocorrer o evento e chegaram a um número de 50 (cinquenta)
908 quesitos que serão levados para que a profissional Arquiteta responda e para que se proceda
909 a Instrução do Processo de Conhecimento, e posterior julgamento. Nesta oportunidade foi
910 apresentado um pré-regimento para audiências de conciliação, para apreciação, que servirá
911 de balizamento para futuras reuniões que tenha aquele objetivo, ficará em análise para ser
912 aprovada na próxima Plenária. Tendo em vista a necessidade da aplicação do regimento,
913 outras reuniões de conciliação que já tinham sido marcadas serão postergadas. A CED
914 recebeu do CAU/BR um Ofício Circular nº 003/2016-PR que solicita algumas respostas sobre
915 procedimentos conciliatórios. Não é possível a resposta, uma vez, que estão sendo
916 implantado somente agora, o que torna prejudicado a solicitação. Assim é proposto que após
917 6 (seis) meses de funcionamento existira informação suficiente para responder as
918 indagações. Trata-se de um número pequeno de perguntas, mas ainda falta experiência e
919 conhecimento para efetivar as respostas. O Coordenador da CED comenta sobre o evento
920 que prestigiou em São Paulo, dizendo que se tratava de assunto mais voltado para o Ensino e
921 Formação, a ideia era justamente tratar de como o ensino da ética deveria perpassar o
922 ensino da Arquitetura e Urbanismo, como ser transversal e como participar. O Coordenador
923 menciona que a discussão foi ampla, com o arquiteto e urbanista João Honório, que tratava
924 de uma forma bastante interessante da filosofia, da ética e da moral, considerando a ética



925 uma parte da filosofia que estuda a moral, até alguns que foram bem mais práticos e diretos.
926 Nesse momento o Conselheiro Relator dá por encerrado a sua apresentação e agradece aos
927 ouvintes. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece a disposição ao relato e faz
928 esclarecimento sobre a sua não participação na oitava. A ideia é de preservar a Presidência de
929 forma ficar à disposição se houver a necessidade de tomar alguma iniciativa que deva ter
930 caráter de isenção. Assim o Presidente solicita manifestação da Plenária, como não houve
931 repercussão, agradece ao relator.....

932 **2.5 Relato da Comissão de Organização e Administração – COA**.....

933 O Coordenador da COA, BRUNO SOARES MARTINS solicita a exposição da Ata (ANEXO IX) da
934 comissão na tela, inicia informando que devido aos vários assuntos tratados, dos relatórios
935 analisados, será apresentado nesta reunião apenas o relatório do setor de Atendimento.
936 Prosseguindo, o primeiro assunto tratado é com relação ao Calendário de Feriados Nacionais
937 e Recessos, e também junto com essa análise de Calendário, a definição pelas cidades nas
938 plenárias do interior. O Coordenador solicita que seja colocado em tela o Calendário (ANEXO
939 X) de plenária previamente aprovada pela COA para que seja feito os informes, e explica:
940 “Então vou fazendo mês a mês para que possamos ir entendendo da melhor forma possível.
941 Dia 9 de fevereiro nós temos a terça-feira de carnaval, então sugere-se que o dia 8 seja folga
942 por compensação de banco de horas. Temos também um feriado no dia 25 de março, neste
943 feriado, a nossa Plenária está marcada para o dia 28 em Curitiba. Com experiência de um
944 Conselheiro que vem de um interior, lá de Pato Branco: esse feriado de Páscoa costuma ser
945 um feriado de trânsito muito intenso nas estradas, então nós estamos sugerindo que a nossa
946 Plenária aconteça no dia 21, a Plenária seria no dia 21 para justamente tirar o feriado de
947 Páscoa a coincidência de deslocamento. De igual forma, no feriado do dia 21 de abril, então
948 aqui nós temos na quinta-feira feriado de Tiradentes e 22, normalmente é um recesso
949 grande, e nós teríamos 25 a nossa Plenária, então anteciparíamos para o dia 18, justamente
950 em função desses deslocamentos, não só deslocamentos terrestres, mas também o
951 deslocamento aéreo é bastante complexo e, com certeza, muito mais caro. Nós teremos aqui
952 também no dia 26 de maio o feriado de Corpus Christi e dia 27 então também seria a folga
953 com compensação de banco de horas e, segundo nosso calendário pelas mesmas
954 condicionantes, temos feriado dia 7 de setembro, 12 de outubro e o feriado do Dia do
955 Servidor Público, que teoricamente, até foi uma discussão ano passado a respeito dessa data,
956 a sugestão então da COA é que dia 15 de novembro nós temos um feriado, então não
957 faríamos recesso aqui pelo Dia do Servidor Público e transferiríamos essa data para o dia 14
958 de novembro emendando com o feriado do dia 15; trabalhando no dia 28, Dia do Servidor, e
959 aplica o recesso então no dia 14. E daí nós temos aqui também o dia 15 de dezembro que é
960 só marcado, não é feriado, é o Dia do Arquiteto. Isso é o que a COA sugere e aguarda então o
961 posicionamento da Plenária para que possamos definir, e encaminhar. As cidades onde serão
962 realizadas as Plenárias no interior seria Maringá, Cascavel, Londrina e Foz do Iguaçu que é a
963 última”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR comenta dizendo que é importante
964 esclarecer o assunto referente aos feriados, pois ficou fora do Acordo Coletivo para que
965 pudesse ser uma Deliberação de Plenária, caracterizando o interesse dos arquitetos, e não
966 somente dos colaboradores. Desta forma é preciso que seja aprovado ou não as sugestões,
967 para que seja formalizado juntos aos colaboradores. O Presidente solicita que seja enfatizado
968 as datas de feriados para que conste em ata e seja formalizado perante aos colaboradores.



969 Sendo assim, o Coordenador da COA retoma a palavra: “teremos feriado de Carnaval no dia 9
970 de fevereiro, terça-feira, a sugestão da COA é que dia 8 seja dado folga por compensação de
971 banco de horas. O feriado Paixão de Cristo no dia 25 de março que é sexta-feira, não
972 interfere nada com relação a recesso ou folga, a única coisa é a antecipação da plenária para
973 o dia 21 de março. Em abril, feriado Dia de Tiradentes no dia 21 em uma quinta-feira, então o
974 dia 22 teríamos folga por compensação de banco de horas, e a plenária antecipada para o dia
975 18, pois a mesma esta marcada para dia 25 pós-feriado, o que dificultaria a vinda dos
976 conselheiros devido ao alto movimento nas estradas, e nos aeroportos. O feriado do Dia do
977 Trabalho em 1º de maio será em um domingo não impactando no CAU; o feriado Dia de
978 Corpus Christi no dia 26 de maio será numa quinta-feira, ficando o dia 27 como folga por
979 compensação de banco de horas. Os meses de junho, julho e agosto não há feriados. Os
980 feriados Dia da Independência em 7 de setembro, e o feriado de Nossa Senhora de Aparecida
981 em 12 de outubro, ambos são em uma quarta-feira, não havendo folga e somente o feriado.
982 O Dia de Finados em 02 de novembro será em uma quarta-feira, havendo somente o feriado.
983 O Dia da Proclamação da República em dia 15 de novembro será em uma terça-feira, desta
984 forma sugere-se que no dia 14 seja dado recesso, onde não haverá desconto de banco de
985 horas, pois será substituído pelo feriado do Dia do Servidor Público que ocorre no dia 28 de
986 outubro, a sugestão é trocar o dia 28 de outubro pelo dia 14 de novembro; assim emendando
987 o dia 14 e 15 de novembro, sendo este um recesso. O feriado de Natal no dia 25 de
988 dezembro é em um domingo, desta forma não impacta nas atividades do Conselho”. O
989 Presidente lembra que nesses feriados onde haverá a compensação de banco de horas e o
990 recesso, terá que ser organizado um plantão no atendimento e no funcionamento do
991 CAU/PR. A Conselheira Suplente ENEIDA KUCHPIL, comenta referente ao feriado do dia 7 de
992 setembro, e lembra a Plenária que no dia 08 de setembro é dia da Padroeira de Curitiba,
993 sendo este um feriado municipal, e a mesma gostaria de saber como ficará esta data, se
994 também haverá recesso ou compensação por banco de horas no dia 09 que será em uma
995 sexta-feira. O Presidente explica que os feriados municipais serão analisados nas próximas
996 Plenárias, visto que tem que levar em consideração não apenas o município de Curitiba, mas
997 também os municípios de Pato Branco, Londrina, Maringá e Cascavel. Para encaminhar, a
998 proposta da mesa, é que a sugestão da COA, referente aos feriados nacionais e as cidades de
999 interior onde ocorrerão as Plenárias, seja deliberada ainda hoje; deixando para as próximas
1000 Plenárias o assunto referente aos feriados municipais. O Calendário com as novas sugestões
1001 (ANEXO XI) é colocado em votação; e sem manifestações contrárias dos Conselheiros, é
1002 aprovado por unanimidade. Seguindo, o Coordenador da COA comenta sobre a alteração no
1003 Organograma – Regimento Geral do CAU/PR (ANEXO XII), dizendo que: “em função de alguns
1004 detalhes de mudança, até de indicação do CAU/BR, nós temos alterações na “Gerência de
1005 Orçamento e Finanças” que para o CAU/BR passou a ser “Gerência de Planejamento,
1006 Orçamento e Finanças”, a estrutura de planejamento que era hierarquizada no primeiro nível
1007 como uma estrutura própria passará a fazer parte da Gerência de Planejamento, Orçamento
1008 e Finanças. Essa estrutura que estava no primeiro nível vem para o terceiro nível subsidiada
1009 pela estrutura Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças. Basicamente é essa a
1010 alteração. Para informar, tínhamos o cargo de RH que era a funcionaria Izabelle Bonatto, que
1011 pediu exoneração do cargo, ela era contratada por concurso, desta forma, até que seja
1012 avaliado, devido a condição financeira de uma nova recontração, o cargo ficará em aberto.



1013 Essa estrutura, faz parte do Regimento interno do Paraná, que está esperando aprovação do
1014 CAU/BR e não vai alterar nada o processo do CAU/PR no CAU/BR; esse documento vai como
1015 um anexo do nosso processo que já está lá encaminhado, para que possamos nos organizar.
1016 A Gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças, passa a ter uma Coordenação de
1017 Planejamento, e o Assistente de Planejamento”. Ficando assim alterado e atualizado o
1018 Organograma – Regimento Interno do CAU/PR (ANEXO XIII). Dando sequência a pauta, o
1019 Coordenador da COA, BRUNO SOARES MARTINS relata sobre algumas solicitações de apoio,
1020 sendo as seguintes: I) solicitação, o Presidente da FPAA, João Virmond Suplicy Neto, também
1021 Conselheiro Federal do CAU/PR (ANEXO XIV): solicita apoio para deslocamento à Foz do
1022 Iguaçu para participar da reunião com a Itaipu/Paraguay no dia 28 de Janeiro sobre o assunto
1023 do I Prêmio Pan-Americano de Fotografia de Arquitetura; onde na ocasião aproveitará
1024 também para tratar de assuntos referente a realização do XXV Congresso Pan-Americano de
1025 Arquitetos a ser realizado em Asunción, Paraguay em novembro de 2016. II) solicitação do
1026 Presidente da FPAA, João Virmond Suplicy Neto para que o Assessor da Presidência da FPAA,
1027 Jeferson Dantas Navolar (ANEXO XV) possa receber apoio de deslocamento e hospedagem
1028 para participar da reunião do Comitê Executivo da FPAA, onde tratarão de assuntos referente
1029 as Cidades de Fronteiras. A reunião ocorrerá nos dias 10 a 14 de março em Havana, Cuba. III)
1030 solicitação, o novo presidente do Sindicato dos Arquitetos/SindArq, Milton Carlos Zanelatto
1031 Gonçalves (ANEXO XVI), solicita dois tipos de apoio ao Conselho; o primeiro seria o
1032 empréstimo do local, espaço físico para realizar juntamente com sua posse um evento com a
1033 FNA e o CAU/PR. O evento tratará sobre o posicionamento do CAU a respeito da contribuição
1034 sindical, salário mínimo, dando continuidade ao seminário que foi realizado no ano passado.
1035 A previsão do evento seria para o dia 22 de fevereiro, juntamente com a próxima Plenária do
1036 CAU/PR, para que os Conselheiros tivessem a oportunidade de participar. O segundo seria o
1037 subsídio de passagem para a Presidência e para o Jurídico da FNA para participar deste
1038 evento. IV) solicitação, o IAB-Paraná (ANEXO XVII), solicita apoio por meio de estadia e
1039 passagem de duas arquitetas, sendo elas, Ana Gabriela Godinho Lima e Elisabete França, para
1040 participação ao evento relacionado com o Dia Internacional da Mulher, que ocorrerá no dia
1041 08 de março de 2016. Como informe, o Coordenador da COA comenta que, a solicitação feita
1042 pela AsBEA na Plenária passada, está em tramite aguardando documentação por parte do
1043 departamento jurídico. A COA sugere que seja feito o apoio com base no que for autorizado
1044 pela Comissão Financeira. O Conselheiro Titular ANDRÉ LUIZ SELL, posiciona sua preocupação
1045 quanto às solicitações de apoio, uma vez que foi feito um ajuste, diminuindo o número de
1046 Plenárias a acontecer no interior do Paraná por questão de economia. Acredita na
1047 importância do CAU nestes apoios, porém antes de tomar uma decisão, deve-se fazer uma
1048 análise, levando em consideração a queda da arrecadação financeira do Conselho. O
1049 Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO, acredita ser importante que exista um
1050 dimensionamento quanto aos custos e datas de cada um desses apoios, sendo um projeto
1051 onde cada instituição apresente com clareza qual a ideia e o que vai fazer, para que o
1052 Conselho possa fazer uma avaliação do que esta sendo apoiado. O Conselheiro Titular
1053 CARLOS HARDT, lembra que no ano passado foram abertos editais para eventualmente
1054 apoiar determinados eventos Institucionais, e que é necessário trabalhar com critérios
1055 uniformes e muito claros; recorda que muitas vezes foram discutidas as conveniências e a
1056 importância do apoio às entidades nacionais que efetivamente para sua gestão necessitam



1057 de uma série de apoios. E ressalta a absoluta necessidade do dimensionamento citado pelo
1058 Conselheiro Orlando Busarello, e na importância do critério uniforme de avaliação para
1059 tomar a decisão de apoiar uma entidade, não se colocando em situações delicadas onde a
1060 questão pareça pessoal; e faz uma reflexão: “a FPAA é uma entidade supranacional e, apesar
1061 da importância de nós termos um presidente que também é aqui do Paraná, eu coloco uma
1062 reflexão, até que ponto cabe ao CAU/PR apoiar os diversos deslocamentos do seu presidente
1063 quando ela é uma entidade internacional que representa os arquitetos da América, e não do
1064 Paraná. Acredito que é uma questão de reflexão, me incomoda um pouco, porque hoje nós
1065 temos cinco pedidos de apoio, talvez na Plenária que vem tenhamos dez; e de repente chega
1066 em julho e não há recursos para apoiar alguma ação extremamente importante para a
1067 arquitetura e urbanismo do Paraná. Nesse sentido eu me sinto incomodado e acho que a
1068 gente precisa refletir muito bem na hora da decisão sobre esses apoios”. Em nível de
1069 esclarecimento, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, comenta que: “referente ao
1070 pedido da FPAA para a ida a Cuba, o presidente da FPAA tem subsídio, porque é subsidiado
1071 pela mesma. O que ele fez foi uma convocação ao seu Assessor e Diretor de Cidades de
1072 Fronteiras, que sou eu, para que possa acompanhá-lo na próxima reunião. Se a plenária não
1073 aprovar, eu não vou, se a plenária aprovar, eu vou. Quanto ao outro pedido da FPAA é uma
1074 reunião em Foz do Iguaçu que ele vai se encontrar com representantes de Paraguai e
1075 Argentina no dia 28 de janeiro, só em nível de esclarecimento. O que a Plenária decidir, está
1076 decidido. Esse assunto é de Plenária”, e deixa sua manifestação: “Quando temos um
1077 presidente brasileiro depois de 100 anos de uma entidade que foi pioneira na defesa dos
1078 arquitetos na América Latina, num esforço conjunto e forte que fizemos com apoio desta
1079 Plenária no primeiro mandato. Podemos decidir por não aprovar a demanda e dizer: Suplicy,
1080 nós te ajudamos a se eleger, agora você é presidente da FPAA e nós não podemos mais
1081 ajudá-lo. Vai sozinho, você enfrentando 27 países, você já não tem Secretaria, você não tem
1082 mais nosso apoio. Nestes 4 anos, eu o acompanhei em duas ou três viagens, quando a pauta
1083 nos interessava. Fiz chegar as solicitações diretamente à Comissão, que é o limite da minha
1084 responsabilidade e a Comissão encaminhou à Plenária, corretamente. Intercedendo pela
1085 solicitação do pedido de apoio do IAB, a Conselheira Titular MARGARETH ZIOLLA MENEZES
1086 manifesta-se dizendo: “Valorizando a mulher, eu quero dar o meu parecer aqui a favor desse
1087 evento que o IAB vai fazer principalmente informando os colegas que 68% (sessenta e oito
1088 por cento) dos arquitetos são mulheres e esta pauta é importante para ser debatida aqui
1089 pelas mulheres, então eu quero declarar o meu apoio”, ao que se refere ao apoio do
1090 Presidente da FPAA a Foz do Iguaçu, a Conselheira opina: “acredito que o fato de nós termos
1091 hoje um presidente da FPAA que é paranaense, acho que nós podemos sim, como entidade,
1092 apoiarmos esse colega, até porque foi um esforço de todos nós para que ele fosse
1093 Presidente, para que ele chegasse lá, então eu acho que esse apoio tem que continuar, essa é
1094 a minha opinião como Conselheira”. O Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA
1095 SILVA, expressa sua opinião: “Queria colocar uma opinião de pesos e medidas também, acho
1096 que lógico tem esse lado financeiro, esse cuidado que todos os Conselheiros têm, mas eu
1097 vejo que o ganho maior é estarmos tendo acesso a esse tipo de evento, talvez o lucro
1098 indireto seja muito mais expressivo que o próprio custo. De nada adiantaria termos um
1099 capital engessado e não termos acessos a esse tipo de evento. Eu vejo como um prestígio
1100 dentro do CAU/PR, estamos tendo acesso a eventos expressivos e que se debata a



1101 Arquitetura e Urbanismo em um cenário global, a Arquitetura não é paranaense, tem uma
1102 linguagem universal, então não sei até que ponto guardar esse recurso em nome de uma
1103 segurança e começar a abrir mão, daqui a pouco a estaremos olhando para nós mesmos aqui
1104 no Paraná em nome de uma precaução que eu não sei até que ponto pesa ou não”. Para
1105 atender a solicitação do presidente do SINDARQ quanto ao pedido de empréstimo do local,
1106 espaço físico para juntamente com sua posse, realizar um evento junto com a FNA e o
1107 CAU/PR, a Plenária decidiu por alterar a programação do Calendário quanto à cidade a ser
1108 realizada a Plenária de fevereiro, que seria nos dias 22 e 23 em Maringá, passando a ser
1109 somente no dia 22 em Curitiba, e em Maringá ocorrerá nos dias 21 e 22 de março. O
1110 Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES comenta que, embora exista uma verba
1111 determinada para este tipo de situação, e que existe a necessidade real de se fazer um
1112 planejamento dentro dessa estrutura disponível; mas dada às circunstâncias referente a
1113 prazos; sugere seguir em frente e apoiar; porém, para as próximas solicitações de apoio, a
1114 Comissão pertinente deve verificar o quanto desta verba já foi utilizado, analisando deste
1115 momento em diante o que vale a pena ser aprovado ou não. Na oportunidade, o Presidente
1116 JEFERSON DANTAS NAVOLAR, manifesta-se em agradecimento ao conselheiro Ronaldo
1117 Duschenes dizendo: “o Conselheiro Duschenes nos trouxe um ex-diretor de finanças da FIEP,
1118 passamos aqui algumas horas à tarde debatendo as possíveis melhorias do planejamento e
1119 nos comprometemos a começar a preparar isso já em fevereiro e março. Após o debate
1120 quanto a importância dos pedidos de apoio exposto para a Plenária, e as manifestações dos
1121 Conselheiros referente à solicitação de padronização, dos critérios que serão necessários
1122 para que se possa ter um planejamento para os próximos pedidos de apoio; decidiu-se
1123 colocar para votação por ordem de data de acontecimentos do evento”. A mesa coloca em
1124 votação: I) solicitação de apoio ao presidente da FPAA, João Virmond Suplicy, para
1125 deslocamento à Foz do Iguaçu para participar da reunião com a Itaipu/Paraguay no dia 28 de
1126 janeiro sobre o assunto do I Prêmio Pan-Americano de Fotografia de Arquitetura sendo que o
1127 apoio será das passagens aéreas e duas diárias estaduais. Colocada em votação a solicitação
1128 foi aprovada pela Plenária, com uma abstenção de voto do Conselheiro Titular Carlos Hardt.
1129 II) solicitação de apoio ao presidente do SINDARQ, referente ao empréstimo do local, espaço
1130 físico para juntamente com sua posse, realizar um evento com a FNA e o CAU/PR no dia 22
1131 de fevereiro, sendo que o apoio se limitará a duas passagens aéreas ida e volta com origem
1132 no Rio de Janeiro e duas diárias nacionais, para a Presidência e Jurídico da FNA. Em votação a
1133 solicitação foi aprovada pela Plenária, com as abstenções de votos dos Conselheiros: André
1134 Luiz Sell, Carlos Hardt, Milton Carlos Zanelatto Gonçalves e Orlando Busarello. III) solicitação
1135 de apoio ao IAB-Paraná por meio de duas passagens aéreas ida e volta de São Paulo e duas
1136 diárias para a participação das arquitetas Ana Gabriela Godinho Lima e Elisabete França, no
1137 evento do Dia Internacional da Mulher, que ocorrerá no dia 08 de março de 2016. Colocado
1138 em votação, aprovado pela plenária, com as abstenções de votos dos conselheiros: Carlos
1139 Hardt, Orlando Busarello e Rafael Gimenez Gonçalves. IV) solicitação de apoio ao Assessor da
1140 Presidência da FPAA, Jeferson Dantas Navolar, para deslocamento e hospedagem para
1141 participar da reunião do Comitê Executivo da FPAA, onde tratarão de assuntos referente às
1142 Cidades de Fronteiras. A reunião ocorrerá nos dias 10 a 14 de março em Havana, Cuba. Em
1143 votação, foi aprovado pela Plenária, com as abstenções de votos dos Conselheiros: André Luiz
1144 Sell, Carlos Hardt, Giovanni Guillermo Medeiros, Idevall dos Santos Filho e Orlando Busarello.



1145 Finalizados as solicitações e votações de apoios; o Coordenador da COA, BRUNO SOARES
1146 MARTINS, prossegue com a pauta, informando sobre o Ofício Circular CAU/BR nº001/2016-
1147 PR (ANEXO XVIII) do Presidente do CAU/BR para o Presidente do CAU/PR, o assunto é
1148 referente a uma adesão ao Programa Nacional de Gestão Pública e
1149 Desburocratização/Gespública. O ofício informa que o CAU/BR adere a este programa, as
1150 reuniões serão realizadas em Brasília, porém ainda não tem um calendário fixo. Esta sendo
1151 solicitado ao CAU/PR que informe se tem interesse em aderir e participar dessa Gespública
1152 até o dia 29 de janeiro. A COA acredita que é pertinente a participação, e coloca para
1153 apreciação de todos os Conselheiros. O Presidente do CAU/PR esclarece que a mensagem
1154 não traz outros considerandos, é simplesmente o pedido de adesão. Trata-se de um projeto
1155 do Governo Federal de Gestão Pública que tem mais de 10 (dez) anos, que “o CAU/BR
1156 assinou esse Termo de Cooperação com essa instituição que é do Governo Federal, que faz
1157 apoio de melhorias de gestão. Se a Plenária se sentir confortável, o CAU/PR “adere”, mas
1158 cobrando os considerandos que não vieram esclarecidos”. O Coordenador da COA reafirma o
1159 esclarecimento do Presidente, e diz que o parecer da Comissão é que seja “aderido”, e
1160 solicitar as complementações. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT, sugere que apenas se
1161 indique a intenção de aderir, mas que a adesão somente seja feita depois das informações
1162 pendentes passadas e analisadas, verificando a conveniência para o CAU/PR. O Presidente
1163 coloca para votação a “intenção de adesão” ao Programa Nacional de Gestão Pública e
1164 Desburocratização/Gespública, sem manifestações contrárias, a aprovação é feita por
1165 unanimidade. Dando andamento, o Coordenador da COA traz o seguinte informativo:
1166 “Trazendo então como informe, como havia sido comentado na última Plenária, havíamos
1167 deliberados sobre algumas alterações na minuta do Acordo Coletivo dos funcionários do
1168 CAU/PR para esta Comissão, para o Conselho, para o Plenário desse Conselho. A princípio
1169 então essas solicitações ficarão para uma discussão posterior. O Acordo Coletivo de Trabalho
1170 2015 a 2017 já foi assinado e registrado no Ministério do Trabalho sob protocolo
1171 PR0053102015 no dia 21/12/2015. Sendo assim, todo aquele acordo coletivo que tínhamos
1172 discutindo através da COA nas Plenárias anteriores sobre os itens de pautas, enfim, todos os
1173 documentos, foram aceitos pelos funcionários e feito o acordo coletivo através do SINDIFISC
1174 na data de 21/12/2015, e que o documento permanece à disposição de todos”. O Presidente
1175 JEFERSON DANTAS NAVOLAR faz o seguinte comentário: “a negociação foi longa, os textos
1176 foram extremamente detalhados com a participação da Assessoria Jurídica, a quem agradeço
1177 o empenho, temos um documento oficial que dá tranquilidade tanto para os gestores quanto
1178 para os colaboradores, um texto claro, não avançando onde não poderíamos avançar, e eu
1179 quero deixar aqui os parabéns também para os funcionários na figura do Leandro Reguelin,
1180 que foi eleito como representante dos colaboradores, e também a figura do presidente do
1181 SINDIFISC, Sr. Antônio Marsengo, e da sua assessoria jurídica que esteve por várias vezes
1182 presente a este Conselho e abriu todas as possibilidades, nunca nos obrigou a nada, nunca
1183 nos exigiu aderir a uma ou outra questão. Eu gostaria inclusive que a Plenária nos autorizasse
1184 a uma manifestação de agradecimento ao Presidente do SINDIFISC, porque, repito, temos
1185 mais tranquilidade quanto a gestão do CAU/PR, quanto aos direitos e deveres dos
1186 funcionários”. O Coordenador da COA acrescenta que houve uma discussão ampla
1187 principalmente com base nos preceitos da CLT com apoio do jurídico do CAU/PR, com a
1188 concordância e verificação financeira da CPF, e do setor de Contabilidade do CAU/PR; sendo



1189 realizado um grande trabalho, onde todos saem ganhando com esse acordo e que
1190 efetivamente a COA consiga atender às solicitações sempre que possível. O Presidente
1191 pergunta à Plenária se concordam em fazer essa manifestação de agradecimento ao
1192 presidente do SINDIFISC, por se tratar de uma aproximação que foi difícil e que gostaria de
1193 manter essa aproximação nos próximos anos, e questiona: “Podemos fazer uma moção de
1194 agradecimento” Não havendo manifestação contrária, ficou aprovado o encaminhamento
1195 dessa moção. O Coordenador da COA apresenta o Relatório do Setor de Atendimento
1196 (ANEXO XIX), e lembra que a Comissão não vai se estender aos demais relatórios, fazendo a
1197 indicação de uma possível data para a reunião da Comissão com todos os gerentes de Setor
1198 para que possamos homogeneizar de uma forma um pouco mais objetiva os itens que devem
1199 ser apresentados à Plenária como, entendimento e análise da evolução do trabalho de todas
1200 as gerencias. A apresentação do relatório inicia-se pelos gráficos, dizendo que desta forma o
1201 entendimento é facilitado: “o item que acredito caber uma reflexão considerável, mas talvez
1202 ainda não seja o momento de se preocupar tendo em vista que janeiro é um momento em
1203 que o país ainda está começando a retomar suas atividades, mas se comparado então a
1204 novembro, a janeiro, o índice de emissão de RRT simples caiu aproximadamente 22% (vinte e
1205 dois por cento). A comparação com o outro ano não está nesse descritivo; no entanto é um
1206 reflexo para se avaliar com a virada de fevereiro, observar se permanecerá dessa forma. Os
1207 registros de profissionais que agora em fevereiro tendem a aumentar também em função dos
1208 alunos formandos, por hora aqui simplificada. Passando à análise de baixa de RRT, RRT
1209 Derivada, RRT Extemporânea e CAT, voltando ainda ao último mês daquela força tarefa, e
1210 aqui acredito que já está voltando a um patamar normal de atendimento, com uma elevação
1211 considerável em função os outros períodos do RRT Derivado e da baixa de RRT. Aqui
1212 referente à regional de Curitiba, o atendimento telefônico, presencial e por e-mail, estão
1213 mantendo uma média normal. Os atendimentos por assunto, então isso até nós discutimos
1214 um pouco mais hoje na nossa reunião da COA tendo em vista que a grande maioria dos
1215 assuntos a serem tratados teoricamente pelos profissionais ainda continua sendo o RRT e a
1216 condição de registro. Isso nos faz talvez refletir alguma dificuldade maior ainda com relação
1217 aos colegas na condição do preenchimento do RRT ou das demais outras questões referentes
1218 ao RRT e aqui faço talvez um comentário, se isso é uma análise que a gente faz, teoricamente
1219 deveríamos aumentar a divulgação, publicidade, explicação, enfim, aos colegas profissionais
1220 com relação a esses itens. Porém, cabe reforçar que há pouco tempo, final do ano foi feito
1221 um ciclo de visitas a diversas cidades onde foi deslocado um funcionário do CAU para fazer
1222 explicação justamente sobre SICCAU, RRT, enfim, e aí trago o exemplo de Pato Branco, nós
1223 esperávamos aproximadamente 50 (cinquenta) profissionais, 40 (quarenta) haviam
1224 confirmados e efetivamente nós tivemos 7 (sete) profissionais e 12 (doze) formandos. E esse
1225 reflexo não foi só em Pato Branco, estou levando aquilo que eu vivenciei. Então o maior
1226 problema está aqui, teoricamente, que não estamos conseguindo solucionar, nós fazemos
1227 ações relacionadas a isso e efetivamente a gente não consegue sanar o problema porque a
1228 nossa ação não tem uma resposta efetiva dos colegas. Eu não sei como foi efetivamente isso
1229 nas outras cidades, mas acredito que cabe aqui uma reflexão, que os gráficos não são apenas
1230 números, mas que precisamos entender esses gráficos como uma evolução das nossas ações,
1231 e nisso fica esse comentário. Outro gráfico, que questiono o Conselheiro André Sell se tem
1232 acompanhado mais a Regional, enfim, estava fazendo a análise desses gráficos e Londrina é



1233 uma cidade de quase 800.000 habitantes; mas se comparado por exemplo com Pato Branco,
1234 temos uma região aqui de no máximo 400.000 habitantes, é um equilíbrio, só que a cidade
1235 onde está sediada nossa sede tem um baixo índice de atendimento em comparação com as
1236 outras cidades de porte aproximado, aí cabe uma reflexão assim, são todos profissionais mais
1237 bem instruídos, teoricamente”. O Conselheiro Titular ANDRÉ LUIZ SELL comenta que:
1238 “sempre converso lá na nossa associação com os profissionais a respeito do atendimento do
1239 CAU. É bastante interessante, a funcionária Ana Paula de Londrina é sempre elogiada. Talvez
1240 os profissionais não necessitem, isso pode ser porque é uma questão que não tem como você
1241 explicar”. O Coordenador da COA complementa: “se comparar por índice populacional
1242 efetivamente tem um comparativo talvez desequilibrado. Acredito que cabe às vezes
1243 entender se as nossas ações em determinadas cidades estão tendo mais efeito, se os
1244 profissionais de Londrina participaram mais das nossas ações de explicação de SICCAU, acho
1245 que cabe agora olhar para todos esses dados e planejar talvez algumas ações para 2016 com
1246 base nessas informações”. O Conselheiro Titular GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS faz a
1247 seguinte sugestão: “temos as oficinas do SICCAU que estão acontecendo, infelizmente em
1248 muitos casos não teremos a participação total de quem estamos esperando que esteja lá,
1249 mas por um custo pequeno podemos ter o canal do CAU no Youtube, onde o CAU grava as
1250 oficinas e disponibiliza na internet, divulgando no site do CAU, quando o profissional precisar
1251 de informação que foi dada na oficina, a informação estará lá disponível”. Finalizando o
1252 relatório, o Coordenador da COA comenta sobre o último gráfico: “o gráfico de atendimento
1253 por serviço nas regionais, atendimento telefônico, presencial, por e-mail, coleta de dados e
1254 os protocolos encaminhados, estão equilibradas dentro do mesmo patamar que temos em
1255 todos os outros momentos. Realmente há um crescimento considerável do atendimento em
1256 Cascavel, comparado a metade do ano passado para agora, Cascavel está tendo um índice
1257 alto, acredito que vem a contribuir com a condição da implantação da nova sede em
1258 Cascavel, sendo bastante produtivo tudo isso também”. O Presidente faz alguns comentários:
1259 “Primeiro, nós temos a definição local da plenária de fevereiro que será em Curitiba no dia
1260 22. Segunda questão, o Conselheiro Bruno lembrou, o processo inclusive circulou hoje aqui,
1261 as obras de adaptação da sede Cascavel foram contratadas, os valores foram pontuados na
1262 última Plenária, consegue-se fazer as contratações, a obra está andando, é possível que início
1263 de março talvez já possamos ter a sede nova lá funcionando. Outro assunto, temos um passo
1264 a passo da Tabela de Honorários que vai para o caderno e é o último assunto que a mesa traz
1265 aqui. Já comentamos, na primeira edição do caderno tínhamos a lei 12.378, na segunda
1266 edição tivemos a lei e o Código de Ética, a proposta é que essa versão mantenha esses dois
1267 documentos que são balizadores, mas como anexo, e tenhamos, como dois documentos
1268 novos, o Manifesto das Entidades solicitando posicionamento político dos colegas, esse que
1269 vocês receberam e ainda temos hoje e amanhã para sugestões, e também como foi sugerido
1270 por essa Plenária a equipe preparou um Tutorial da Tabela de Honorários que deve
1271 incorporar então esse caderno versão 2016”. O Presidente solicita ao Assessor de
1272 Comunicação, o colaborador Antônio Carlos Domingues da Silva, que apresente o passo a
1273 passo da Tabela de Honorários (ANEXO XX), o Assessor faz uma breve apresentação: “Essa é
1274 uma abertura, é um histórico sobre as tabelas de honorários, quando elas surgiram, como
1275 elas foram elaboradas, que critérios, pesquisas. São duas páginas que falam sobre a criação
1276 das tabelas. E na sequência tem um tutorial com imagens, esse tutorial foi elaborado com o



1277 auxílio da fiscalização do CAU/PR, mostrando um passo a passo bem simples, orientações
1278 tanto para os profissionais como para os leigos utilizarem a tabela de honorários que já está
1279 disponível. Então seguindo o passo a passo, ensina como se cadastrar, como cadastrar uma
1280 obra, rapidamente são oito páginas que têm as instruções básicas para o profissional poder
1281 utilizar a tabela de honorários. Volto a repetir, tanto os profissionais como os leigos, porque
1282 alguns campos da tabela são abertos para leigos e alguns com orçamentos e tabelas de
1283 cálculos, que são apenas para os profissionais. Isso foi testado pelo pessoal da fiscalização
1284 que elaborou o passo a passo e depois confirmou; são oito páginas no caderno agenda. É um
1285 Tutorial orientando sobre a utilização da tabela de honorários”. O Presidente explica aos
1286 Conselheiros que esta tabela é um trabalho de esforço quase que pessoal encabeçado pelo
1287 IAB/Ceará a quase cinco anos, que foi depois endossado pelo IAB/Nacional, colocado a juízo
1288 de todas as entidades, que fizeram suas contribuições e após uma formatação unanime, o
1289 CAU/BR adotou por ter previsão legal para tanto. Comenta para os Conselheiros, que na
1290 semana passada, ocorreram reuniões do CAU com o SINAP/Sistema Nacional de Preços,
1291 oficialmente o SINAP, indicou que vai adotar a tabela, e finaliza: “Se isso se concretizar
1292 significa que órgãos públicos federais, estaduais, municipais, autarquias vão ser obrigados a
1293 usar a tabela. Isso é um passo extremamente importante no sentido da valorização
1294 profissional. E coincidentemente nós estamos com um passo a passo pronto para colocar no
1295 caderno”. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS comenta: “Bom, trazendo até um
1296 pouco novamente essas conversas que eu tenho tido com os profissionais, se o CAU pudesse
1297 então, acompanhando a apresentação desse tutorial e a evolução dessa ideia dos honorários,
1298 que talvez pudéssemos montar um ciclo, tentar atingir em outros canais os outros colegas
1299 para tratar de questões tanto honorários quanto na formatação dos contratos. Por exemplo,
1300 temos condição de ter uma documentação via CAU/BR que é com relação aos nossos direitos
1301 autorais. Como isso deve aparecer no nosso contrato de prestação de serviços com o nosso
1302 cliente? A questão dos honorários, cobramos por etapas? Sabe que cada acordo comercial
1303 pode ser diferente, mas o que é mais vantajoso, mais correto, o que deve constar, itens que
1304 são obrigatórios e não obrigatórios em função das nossas resoluções resguardando o
1305 profissional de futuros problemas, enfim. Acredito que talvez seja uma iniciativa teria uma
1306 grande adesão dos profissionais”. O Presidente Jeferson coloca sua opinião, dizendo: “A
1307 partir de agora eu sinto, que talvez tenhamos que formatar outras oficinas além do SICCAU,
1308 tratando estes outros aspectos com mais de profundidade: minuta de contrato, passo a
1309 passo da tabela, isso pode ser uma tarefa para todo este ano. O Conselheiro Titular LEANDRO
1310 TEIXEIRA COSTA informa que o CAU/RN disponibilizou em seu site, dois modelos de contratos
1311 excelentes, sendo um de modelo mais simplificado e um outro mais detalhado; e acredita
1312 que o CAU/PR pode também seguir essa linha, de repente de uma oficina dessas montar um
1313 modelo padrão para oferecer aos arquitetos. A Conselheira Titular MARGARETH ZIOLLA
1314 MENEZES, complementa: “esse modelo nosso de contrato, que foi uma coisa até que eu
1315 solicitei que fizéssemos também lá na AsBEA, como nós estamos todos sujeitos a normas de
1316 desempenho, que esse contrato visasse uma proteção jurídica da Norma de Desempenho”. O
1317 Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS acrescenta: “o CAU/PR pode realmente colocar
1318 isto tudo em prática já”. A grande maioria das vezes a dúvida surge na verdade também na
1319 explicação do porquê de uma cláusula estar no contrato. Então um exemplo, "mas por que
1320 você quer colocar no contrato a cláusula de direitos autorais". Claro, o profissional muitas



1321 vezes tem que pôr porque está na base, mas ele não sabe por que tem que por isso. O
1322 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, finaliza o debate dizendo que com essa análise final
1323 sobre o conteúdo do caderno, tem certeza que ele vai estar muito melhor que o do ano
1324 passado, com mais informações e objetividade-----
1325 **Nada mais a tratar, o Presidente Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece**
1326 **aos Conselheiros presentes e, às dezenove horas e dez minutos do dia vinte e cinco de janeiro de**
1327 **dois mil e dezesseis, declara encerrada esta Reunião de nº 052 (primeira de 2016) do CAU/PR.--**
1328 Para constar, eu, ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA, Assistente de Plenária *Ad hoc* deste Conselho,
1329 lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será rubricada por mim em todas as páginas e,
1330 ao final, assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais-----.

1331
1332
1333
1334
1335
1336
1337
1338
1339
1340
1341
1342
1343
1344
1345
1346
1347
1348
1349
1350
1351
1352
1353
1354
1355
1356
1357
1358
1359
1360
1361
1362
1363
1364

JEFERSON DANTAS NAVOLAR
Presidente do CAU/PR
CAU A8657-6

ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA
Assistente de Plenária



- 1365
- 1366
- 1367
- 1368 ANEXOS
- 1369 Anexo I - Tabela Composição das Comissões permanentes 2015
- 1370 Anexo II - Tabela Composição das Comissões permanentes 2016
- 1371 Anexo III - ATA CPFi
- 1372 Anexo IV - DCI/Documento de Circulação Interna.
- 1373 Anexo V - Ata CEP
- 1374 Anexo VI - Tabela de Honorário
- 1375 Anexo VII - Apresentação da Tabulação
- 1376 Anexo VIII - Ata CEF
- 1377 Anexo IX - Ata COA
- 1378 Anexo X - Calendário Plenária 2016
- 1379 Anexo XI - Calendário Plenária 2016 Atualizado
- 1380 Anexo XII - Organograma-Regimento Geral CAU/PR
- 1381 Anexo XIII - Organograma-Regimento Geral CAU/PR Atualizado
- 1382 Anexo XIV - Apoio FPAA – Foz do Iguaçu
- 1383 Anexo XV - Apoio FPAA - Cuba
- 1384 Anexo XVI - Apoio SINDARQ/FNA
- 1385 Anexo XVII - Apoio IAB
- 1386 Anexo XVIII - Ofício Circular CAU/BR nº001/2016-PR
- 1387 Anexo XIX - Relatório Departamento de Atendimento
- 1388 Anexo XX - Tutorial – Tabela de Honorários
- 1389 Anexo XXI - Lista de Presença Plenária